

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 070/2022  
Data: 02/06/2022**



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
GOVERNO FEDERAL ESTUDA AMPLIAR PRAZO DE CONCESSÃO DO PORTO DE SANTOS .....	4
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>5</b>
ORDEM DE SERVIÇO GARANTE OBRAS DE DUPLICAÇÃO DE TRECHO PARAIBANO DA TRANSAMAZÔNICA .....	5
RENOVAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO COM MRS LOGÍSTICA POR MAIS 30 ANOS É APROVADA NO TCU .....	6
COM APROVAÇÃO DE AJUSTES PELO TCU, GOVERNO FEDERAL LANÇARÁ EDITAL DA SÉTIMA RODADA AEROPORTUÁRIA .....	6
<b>GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF</b> .....	<b>7</b>
EMENDA DO PL DE GARANTIAS ZERA IR EM RENDA FIXA PARA RESIDENTES E DOMICILIADOS NO EXTERIOR .....	7
NOVO MARCO DE GARANTIAS VAI FACILITAR A CONCESSÃO DE CRÉDITO E ESTIMULAR O CRESCIMENTO .....	8
<b>PORTAL PORTO GENTE</b> .....	<b>10</b>
CIDADE TECNOLÓGICA DA INTELIGÊNCIA DIGITAL DO PORTO DE SANTOS.....	10
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>11</b>
EDITORIAL - AVANÇO FERROVIÁRIO .....	11
NACIONAL - HUB – CURTAS .....	11
NACIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS APROVA RENOVÇÃO ANTECIPADA DA MRS .....	14
MINISTRO QUER MAIOR CLAREZA EM CLÁUSULA SOBRE A FERRADURA .....	15
NACIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS APROVA EDITAL DE CONCESSÃO DA SÉTIMA RODADA DE AEROPORTOS .....	16
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO PECÉM PLANEJA INICIAR PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE EM 2025 .....	17
REGIÃO CENTRO-OESTE - GOVERNO DO MATO GROSSO ABRE LICITAÇÕES PARA PAVIMENTAR 90 KM DE RODOVIAS .....	19
REGIÃO CENTRO-OESTE - NOVA ETAPA DE OBRAS NA BR-158/GO DEVE SER CONCLUÍDA EM NOVEMBRO .....	20
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>21</b>
PORTO DO ITAQUI FIRMA PARCERIA COM UEMA.....	21
INSS LIBERA ACESSO DE EMPRESAS A PEDIDOS DE APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS .....	22
PORTO DE IMBITUBA É DESTAQUE NACIONAL EM ÍNDICE DE EFICIÊNCIA NA OPERAÇÃO DE CONTÊINER .....	24
ONU E RÚSSIA DISCUTEM AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS.....	25
RUMO ESPERA LICENÇA AMBIENTAL PARA CONCLUIR CONTORNO FERROVIÁRIO NA REGIÃO DE RIO PRETO EM 2026.....	26
TERMINAL AÇUCAREIRO COPERSUCAR COMPLETA 24 ANOS.....	26
<b>CNN BRASIL</b> .....	<b>27</b>
NORMALIZAÇÃO DO PORTO DE XANGAI DEVE DEMORAR ATÉ 6 MESES, AVALIA ECONOMISTA.....	27
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>28</b>
PPI RECOMENDA INCLUSÃO DA PETROBRAS PARA ESTUDOS DE DESESTATIZAÇÃO .....	28
CIRO NOGUEIRA DIZ QUE SE SITUAÇÃO DO PAÍS PIORAR, GOVERNO PODE DECRETAR CALAMIDADE PÚBLICA .....	29
START-UP BRITÂNICA FECHA PARCERIA COM DONA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA PARA CRIAR INFRAESTRUTURA PARA 'CARROS VOADORES'.....	30
GOVERNO FEDERAL E ESTADOS VÃO DISCUTIR ICMS DOS COMBUSTÍVEIS EM GRUPO MEDIADO PELO STF.....	30
GOVERNO DIZ QUE CRESCIMENTO DE 1% DO PIB É 'ROBUSTO' E INDICA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA .....	32
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>33</b>
BRK E CORSAN, DE SANEAMENTO, TENTAM REABRIR IPOS E CAPTAR AO MENOS R\$ 3 BI.....	33
GOVERNO QUER QUEBRAR CONTROLE ESTATAL SOBRE DUTOS PARA BARATEAR COMBUSTÍVEL.....	34
COMPARTILHAR REDE DA TRANSPETRO NÃO REDUZ PREÇO DE COMBUSTÍVEL NO CURTO PRAZO, DIZ EX-DIRETOR DA ANP..	36
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>36</b>
BRASIL LIDERA AVANÇO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA .....	36
PRODUTOR INDEPENDENTE JÁ RECEBE MENOS POR SUÍNOS QUE INTEGRADOS .....	38
MRS TEM AVAL DO TCU PARA RENOVAR CONCESSÃO .....	38
UCRÂNIA TEM 85 NAVIOS PARADOS COM GRÃOS, DIZ SECRETÁRIO DOS EUA .....	40
OPEP+ CHEGA A ACORDO PARA ELEVAR PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM 648 MIL BARRIS POR DIA.....	41
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>42</b>
GUERRA DA RÚSSIA-UCRÂNIA: CRISE DO TRIGO NÃO AFETARÁ ABASTECIMENTO NO BRASIL.....	42
APROVADA INDENIZAÇÃO DE R\$ 94 MILHÕES EM CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO DA ECOPORTO SANTOS .....	44
APROVADA RESOLUÇÃO QUE PERMITE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS DA FASE DE EXPLORAÇÃO .....	45



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 070/2022  
Página 3 de 50  
Data: 02/06/2022  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

BANCO MUNDIAL: PORTOS CONTEINEIROS DO ORIENTE MÉDIO E LESTE ASIÁTICO TÊM OS MELHORES.....	45
MAERSK CONCLUI AQUISIÇÃO DA SENATOR INTERNATIONAL.....	47
HIDROVIAS DO BRASIL LANÇA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2021 .....	48
2021 MARCOU RECUPERAÇÃO DO FATURAMENTO DE OPERADORES LOGÍSTICOS, APONTA ABOL .....	49
<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>50</b>
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	50

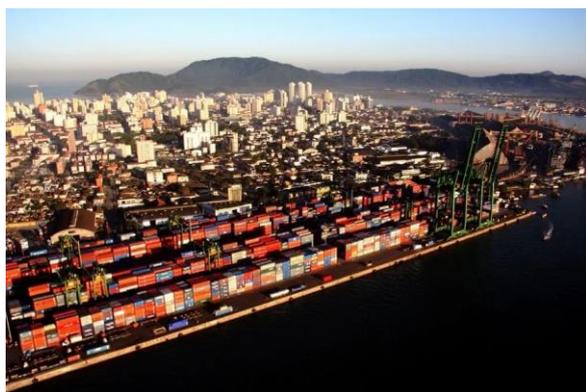


## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### GOVERNO FEDERAL ESTUDA AMPLIAR PRAZO DE CONCESSÃO DO PORTO DE SANTOS

Ministro recebeu a sugestão ao processo de desestatização de empresários internacionais em Nova Iorque

Por: Ágata Luz



*Estudo é para ampliação do prazo de concessão do Porto de Santos de 35 para 50 anos Foto: Alexander Ferraz/AT*

Ao retornar de viagem a Nova Iorque, o ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, trouxe na bagagem uma nova sugestão para a desestatização do Porto de Santos: a ampliação do prazo de concessão da Santos Port Authority (SPA) de 35 para 50 anos. O pedido foi feito por empresários durante os roadshows realizados nos Estados Unidos e ainda será estudado pelo Governo, mas já preocupa especialistas do setor.

A possibilidade da ampliação do prazo foi citada por Sampaio em entrevista à Folha de S.Paulo. Nela, o ministro afirmou que os investidores internacionais temem que o prazo do modelo atual não seja suficiente para as contrapartidas previstas na concessão. Em nota para A Tribuna, o ministério confirmou que “uma das sugestões apresentadas na fase de consulta pública foi da ampliação do período do contrato de concessão”.

A pasta explicou que a análise das contribuições sobre a desestatização “está em fase final de elaboração, bem como a avaliação dos impactos na modelagem acerca das contribuições que serão acatadas”. Segundo o ministério e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), após a análise das contribuições, o projeto será enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Para o diretor-presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop), Sérgio Aquino, o Governo Federal demonstra cuidado com o processo de desestatização ao afirmar que avaliará a proposta. No entanto, ele revela preocupação com a possível ampliação do prazo, pois acredita que a base do processo deve ser a privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), leiloadada em março por 35 anos.

“O ideal seria esperar a efetivação e o funcionamento desse sistema no Porto de Vitória, que já passou pela licitação, e verificar como as coisas acontecem para eventuais correções. Em análise inicial, não conclusiva, acredito que o ideal seria não alongar o período”.

Porém, Aquino garante que o estudo da União sobre o tema é essencial devido ao temor de investidores sobre o tempo para as contrapartidas previstas. “Os trabalhos e posicionamentos emitidos mostram que o prazo atual é suficiente para atratividade. Agora, a resposta a isso se dará com aprofundamento de estudos”.

O consultor portuário Fabrizio Pierdomenico, da Agência Porto Consultoria, concorda com Aquino quanto ao risco de mudar o prazo de concessão em um modelo que ainda não foi implantado no País. “Até porque uma das críticas feitas ao modelo da Austrália, que inspira e serve de base para a privatização da Autoridade Portuária no Brasil, foi o fato de que as concessões tinham prazos dilatados”.



O também consultor portuário Ivam Jardim lembra que seria necessária uma mudança na Lei dos Portos, pois o Brasil não tem legislação para uma concessão acima de 50 anos. “Hoje, são 35 anos com prorrogações sucessivas até o prazo máximo de 70 anos. A legislação teria que ser alterada. Não vejo isso como fácil, ainda mais porque querem fazer tudo ainda esse ano e o calendário está apertado”.

O Governo Federal prevê o leilão da Autoridade Portuária de Santos para o segundo semestre. Segundo Jardim, ao final dos 35 anos, o concessionário ainda poderá propor novos investimentos e, assim, expandir sucessivamente a concessão até 70 anos. “Há concessões mundo afora de 100 anos, mas para nossa cultura brasileira e esse modelo, 35 anos são suficientes”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 02/06/2022*



Ministério da Infraestrutura

### GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

#### ORDEM DE SERVIÇO GARANTE OBRAS DE DUPLICAÇÃO DE TRECHO PARAIBANO DA TRANSAMAZÔNICA

Cerca de 1 milhão de pessoas serão beneficiadas com os serviços nos 31 quilômetros da rodovia federal, que incluem também duplicação e implantação do contorno

Considerada a espinha dorsal da Paraíba, a rodovia Transamazônica (BR-230/PB) passará por obras de duplicação e adequação de capacidade para garantir mais conforto, segurança e melhores condições de trafegabilidade para os cerca de 1 milhão de habitantes da região metropolitana do estado. A ordem de serviço que garante recursos e o início dos trabalhos foi assinada nesta quarta-feira (1) pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

O investimento total previsto é de R\$ 368,7 milhões para os 31 quilômetros de extensão entre os municípios de Campina Grande e Pocinhos (Farinha) – entre os quilômetros 152 e 183 da rodovia federal. Com a ordem de serviço, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) iniciará as melhorias pela execução de um viaduto no entroncamento no quilômetro 153 da BR-104/PB e demais dentro da área da faixa de domínio.

Estão previstas, ainda, obras de duplicação, implantação do contorno e restauração da pista existente. Na visão do ministro da Infraestrutura, a assinatura da ordem de serviço só foi possível pela parceria do Congresso Nacional com o Executivo federal por meio da destinação de emendas parlamentares de bancada. Pré-projeto, projeto e obra terão recursos alocados por deputados federais e senadores paraibanos.

“O empenho da bancada paraibana materializou a parceria entre Congresso Nacional, por meio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e Executivo. Esta é uma obra muito aguardada por toda a Paraíba. A duplicação vai trazer eficiência e desenvolvimento regional”, disse Sampaio.

Com 4.260 quilômetros de extensão, a Transamazônica é uma rodovia transversal que atravessa sete estados do Nordeste e do Norte do país: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Em terras paraibanas, a rodovia inicia na cidade portuária de Cabedelo e passa por João Pessoa, Campina Grande, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

\*Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social do DNIT

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 02/06/2022*



## **RENOVAÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO COM MRS LOGÍSTICA POR MAIS 30 ANOS É APROVADA NO TCU**

Operadora é responsável por mais de 1,6 mil quilômetros de trilhos na região Sudeste. Prorrogação deve ser assinada no segundo semestre de 2022

Foi aprovado por unanimidade pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nesta quarta-feira (1º), o relatório que trata da renovação antecipada de contrato com a MRS Logística. Com a prorrogação do acordo firmado com a União, a operadora continuará responsável por mais de 1,6 mil quilômetros de trilhos na região Sudeste por mais 30 anos. A previsão é que o termo aditivo de prorrogação seja assinado no segundo semestre de 2022.

A matéria que passou pelo crivo dos ministros da corte prevê R\$ 9,7 bilhões em investimentos e mais de 250 mil empregos gerados enquanto durar o contrato. O plano de negócios havia sido finalizado em outubro de 2020 e o relatório submetido à audiência pública, em novembro de 2021. O entendimento é que a renovação da concessão será fundamental para garantir mais inovação, fluidez e eficiência no transporte ferroviário, favorecendo o equilíbrio da matriz de transportes brasileira.

“Além de mostrar o sucesso do nosso programa de concessões, a renovação antecipada nos garante mais investimentos em infraestrutura de transporte, o que gera emprego e renda”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. Com a renovação, a MRS vai aumentar a capacidade da ferrovia atraindo e diversificando o número de clientes nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Pela ferrovia, que garantirá investimentos importantes nos portos do Rio de Janeiro e Santos, são transportados, principalmente, minério de ferro, produtos siderúrgicos, contêineres, açúcar e carvão. A estimativa é que mais de 200 toneladas de cargas passem pela linha férrea a cada ano.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*

*Data: 02/06/2022*

## **COM APROVAÇÃO DE AJUSTES PELO TCU, GOVERNO FEDERAL LANÇARÁ EDITAL DA SÉTIMA RODADA AEROPORTUÁRIA**

Previsão é de R\$ 7,3 bilhões em investimentos privados durante a duração do contrato nos três blocos, formados por Congonhas e outros 14 aeroportos

A aprovação, nesta quarta-feira (1), pelo Tribunal de Contas da União (TCU) dos ajustes no projeto da sétima rodada de concessões aeroportuárias permite o lançamento do edital de licitação ainda em junho, como previsto no calendário elaborado pelo Governo Federal. A proposta inclui 15 aeroportos, divididos em três blocos diferentes, com previsão de investimento de R\$ 7,3 bilhões em investimentos durante a duração dos contratos.

### **Os blocos da sétima rodada se dividem desta forma:**

- Bloco Aviação Geral: Integrado pelos aeroportos de Campo de Marte (SP) e Jacarepaguá (RJ), o lote tem R\$ 560 milhões em investimentos previstos. Outorga inicial: R\$ 138 milhões.

- Bloco Norte II: Formado pelos terminais aéreos de Bélem (PA) e Macapá (AP), tem R\$ 875 milhões em investimentos previstos. Outorga inicial: R\$ 57 milhões.

- Bloco SP/MS/PA/MG: Formado pelos aeroportos de Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Corumbá (MS), Ponta Porã (MS), Santarém (PA), Marabá (PA), Carajás (PA), Altamira (PA), Uberlândia (MG), Uberaba (MG) e Montes Claros (MG). O investimento previsto é de R\$ 5,889 bilhões. Outorga inicial: R\$ 255 milhões.

## **Empregos**



“Com a chancela da Corte de Contas, o calendário estipulado pelo Governo Federal, mesmo com a alteração do formato dos blocos, continua em vigor. Ou seja, teremos o edital ainda em junho e o leilão já no segundo semestre de 2022. É uma sinalização muito importante para toda a sociedade e para os investidores: a infraestrutura muda a vida das pessoas, com geração de emprego e renda”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Após a licitação, o Brasil deve atingir neste ano a marca de 49 terminais aéreos concedidos a iniciativa privada. Para 2023, está prevista a concessão do Santos Dumont, na oitava rodada, junto com o Aeroporto Internacional do Galeão, cujo concessionário pediu recentemente a devolução do ativo à União, permitindo ao MInfra iniciar as tratativas para o processo de relicitação.

Relator do projeto no TCU, o ministro Wallton Alencar elogiou a nova formatação da sétima rodada, em especial os esforços da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). “Essa concessão é sobretudo importante porque trará benefícios a aproximadamente 35 milhões de passageiros, em uma estimativa modesta, nos próximos anos”, disse Alencar.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*  
*Data: 02/06/2022*



Ministério da Economia

**GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF**

### **EMENDA DO PL DE GARANTIAS ZERA IR EM RENDA FIXA PARA RESIDENTES E DOMICILIADOS NO EXTERIOR**

Governo federal quer ampliar acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro, aumentando a atratividade da dívida dessas companhias e impulsionando a produção

O governo federal reduziu a zero as alíquotas do Imposto de Renda sobre rendimentos obtidos por residentes ou domiciliados no exterior nos investimentos diretos em títulos ou valores mobiliários e em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). A medida foi incluída como emenda de nº 26 dentro do Projeto de Lei do Marco de Garantias (PL nº 4.188/2021), aprovado nesta quarta-feira (1º/6) pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em regime de urgência. O PL segue agora para o Senado.

Pela emenda, incluída pelo relator do projeto, deputado João Maia (PL-RN), a redução valerá para operações realizadas entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2027. O objetivo é ampliar o acesso de empresas brasileiras a capital estrangeiro, aumentando a atratividade dos instrumentos de dívida dessas companhias ao conceder tratamento tributário isonômico para o investidor estrangeiro nas aplicações em ativos de renda fixa e de renda variável.

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia constatou “distorções alocativas graves” causadas pelas diferentes alíquotas do Imposto de Renda sobre os rendimentos de aplicações via empréstimo em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e em títulos de forma direta, quando realizadas por não residentes. Com a mudança, o mesmo tratamento que já é aplicado na renda variável será dado aos instrumentos de dívida adquiridos por investidores residentes ou domiciliados no exterior.

#### **Contra a crise**

O Ministério da Economia destacou que a emenda é mais um mecanismo de enfrentamento dos efeitos da crise econômica que se instalou no país a partir de 2014 e que foi agravada pela pandemia da Covid-19. A medida elimina a bitributação, pois investidores residentes ou domiciliados no exterior já têm sua renda tributada no país de seu domicílio fiscal, e viabiliza a



atração de capital estrangeiro para impulsionar o desenvolvimento da atividade produtiva no Brasil.

Essa oferta de capital trará novo fôlego às empresas brasileiras para modernizar seus processos produtivos, aumentando a eficiência, a produtividade e a produção. Segundo a SPE, esse capital vai aliviar o componente inflacionário de restrição da oferta, além de gerar mais emprego e renda para os trabalhadores brasileiros.

### **Benefícios e critérios**

A ideia é estender a alíquota zero do Imposto de Renda aos rendimentos obtidos por cotistas não residentes nas aplicações em Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura (FIP-IE), Fundos de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (FIP-PD&I) e fundos soberanos. Essa alteração vai permitir que as operações de emissão de títulos de dívida tenham isonomia tributária em relação às operações de capital. Até então, apenas os cotistas não residentes de Fundos de Investimento em Participações (FIP) e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes (FIEE) tinham acesso ao benefício.

A emenda também reduz os requisitos para que esses rendimentos sejam elegíveis à alíquota zero de Imposto de Renda. Essa simplificação, entre outros efeitos positivos, vai ampliar o benefício tributário aos rendimentos de papéis emitidos por empresas brasileiras que sejam referenciados em moeda estrangeira.

Outro exemplo é o fim do requisito de percentual mínimo de direitos creditórios na composição do fundo. Será exigido apenas que o fundo seja composto exclusivamente por ativos isentos, incluindo títulos públicos federais e operações compromissadas. Também será excluído o requisito de que os fundos sejam exclusivos para investidores estrangeiros.

A estimativa do Ministério da Economia é que os benefícios tributários aumentem em 20% a participação de capital estrangeiro no mercado brasileiro de dívida privada durante os cinco anos de vigência da medida. Com isso, essa participação passará a ser de 3% do volume total do mercado de dívida privada em 2027.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF*

*Data: 02/06/2022*

## **NOVO MARCO DE GARANTIAS VAI FACILITAR A CONCESSÃO DE CRÉDITO E ESTIMULAR O CRESCIMENTO**

Projeto de Lei nº 4.188/2021, aprovado nesta quarta-feira (1º/6) pela Câmara dos Deputados, aprimora o ambiente de negócios ao melhorar o acesso a financiamentos

O cenário de crédito brasileiro está sendo aprimorado com o novo Marco de Garantias, instrumento proposto pelo governo federal por meio do Projeto de Lei (PL) nº 4.188/2021, aprovado nesta quarta-feira (1º/6) pela Câmara dos Deputados. O PL, que agora segue para o Senado, cria o serviço de gestão especializada de garantias, visando tornar mais eficiente, simples e seguro o uso de garantias para a concessão de créditos. Isso vai contribuir para a diminuição de juros e o aumento da concorrência, ao reduzir barreiras de entrada no setor. O novo Marco de Garantias vai ajudar cidadãos e empresas a obter financiamentos mais baratos, de forma mais simples e rápida. É mais uma medida elaborada pelo Ministério da Economia para melhorar o ambiente de negócios e acelerar a trajetória do país no caminho da prosperidade.

As novas regras vão facilitar o uso das garantias na hora em que cidadãos e empresas buscam acesso a crédito. Será possível, por exemplo, utilizar um mesmo imóvel em várias operações de financiamento e em bancos diferentes, o que não é permitido atualmente. Pelas regras até agora em vigor, um imóvel de R\$ 1 milhão fica “preso” a um só financiamento até a quitação, mesmo que seja uma operação de crédito de valor menor do que o do bem ofertado como garantia. Com o novo modelo, o mesmo imóvel poderá ter seu valor fracionado e servir de lastro para diversos



financiamentos, utilizando plenamente o preço real do bem. Cada um desses financiamentos poderá ocorrer em um banco diferente e, assim, o cidadão poderá sempre escolher aquela instituição que lhe ofereça a taxa de juros mais barata.

O novo Marco de Garantias faz parte do programa Mais Garantias Brasil. Ao todo, são quatro ações: além do PL nº 4.188/2021, também a MP nº 1.085/2021, da modernização dos cartórios; a MP nº 1.103/2021, do novo Marco de Securitização; e a MP nº 1.104/2022, de Aprimoramento das Garantias Rurais.

**Confira a apresentação da Secretaria de Política Econômica (SPE/ME) sobre o Novo Marco de Garantias** [https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/arquivo/Novo\\_marco\\_coletiva\\_spe\\_PLU.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/junho/arquivo/Novo_marco_coletiva_spe_PLU.pdf)

Com diversos dispositivos para aperfeiçoar as regras de garantia de bens imóveis e móveis, o Projeto de Lei 4.188/2021 aprimora a alienação fiduciária e o instituto da hipoteca; prevê a execução de garantias com concurso de credores e institui o agente de garantias. O serviço de gestão especializada de garantias será operacionalizado pelas Instituições Gestoras de Garantias (IGGs), pessoa jurídica de direito privado cujo funcionamento será autorizado pelo Banco Central, a partir de critérios definidos pelo Comitê Monetário Nacional (CMN). As IGGs serão responsáveis por executar a dívida em caso de inadimplência do tomador do empréstimo.

O PL do novo Marco de Garantias ainda trata da retirada de restrições à competição no sistema financeiro, com a extinção do monopólio da Caixa Econômica Federal sobre as operações de penhores civis. Atualmente, a legislação obriga, para fins de controle, que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) sejam mantidos no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, mas não impede que os estados e municípios recorram a outras instituições para realizar o pagamento de seus profissionais. Nesse sentido, o projeto de lei deixa claro, ainda, que os estados e os municípios podem utilizar qualquer instituição financeira para fazer o pagamento de professores e demais profissionais da área de educação, mesmo que os recursos sejam oriundos do Fundeb. O PL 4.188 de 2021 foi apresentado ao Congresso em 25 de novembro de 2021 e atualmente está em tramitação na Câmara dos Deputados.

### **Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei**

Ao tornar mais eficiente, simples e seguro o uso de garantias para a concessão de créditos, as novas regras vão ampliar o acesso ao crédito a trabalhadores e empresas, ajudando na recuperação econômica após a crise gerada pela pandemia da Covid-19.

### **Debate**

O novo Marco Legal de Garantias foi tema debatido no primeiro evento do Ciclo de Palestras sobre Legislação e Políticas Públicas realizado pelo Ministério da Economia e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no último dia 3/5. Na ocasião, o então chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, destacou a importância do programa Mais Garantias Brasil.

“O programa representa uma revolução no mercado de créditos, de capitais, de seguros e garantias no país”, pontuou Sachsida. Segundo ele, durante uma crise as empresas queimam as garantias, mas quando a crise acaba e elas querem voltar a crescer, então vão ao banco e não conseguem crédito porque queimaram as garantias.

“A recomendação das literaturas internacionais é o aprimoramento das garantias, porque melhorando as garantias você diminui a fricção no mercado financeiro e expande naturalmente o crédito. É mais crédito e menos juros”, disse o então o assessor especial, agora nomeado para o cargo de Ministro de Minas e Energia. “Essa pauta tem o potencial de destravar mais de R\$ 1 trilhão no mercado de capitais, garantias e crédito, beneficiando todas as pequenas empresas, o agro e as famílias brasileiras”, concluiu Sachsida.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF  
Data: 02/06/2022

# Portogente

Fazendo o mundo mais ágil.

## PORTAL PORTO GENTE

### CIDADE TECNOLÓGICA DA INTELIGÊNCIA DIGITAL DO PORTO DE SANTOS

Editor Portogente

*A característica central da Próxima Sociedade, assim como das suas predecessoras, serão novas instituições e novas teorias, ideologias e problemas. (Peter Drucker)*

A estrada de ferro não introduziu movimento, transporte, roda ou caminhos, mas acelerou e ampliou a escala das funções humanas anteriores. A tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão. Esse é o motivo de hoje e amanhã estar ocorrendo, em Valência, Espanha, a Conferência ESPO. – Organização Europeia de Portos Marítimos, em português, para, principalmente, debater como se preparar para um futuro digitalmente inteligente e neutro em carbono. O Porto de Santos é desafiado a ser referência desse novo padrão.



#### **Leia também**

**\* Novo secretário de portos representa avanços para o Porto de Santos**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114854-novo-secretario-de-portos-representa-avancos-para-o-porto-de-santos>

Recentemente, Portogente promoveu o webinar Condomínios Logísticos na Era da Tecnologia, um debate com um representante da dataRain, braço tecnológico da Amazon. Ele expôs sobre tecnologia e conectividade global na distribuição física através

dos portos, focando o de Santos. Para além da racionalidade instrumental, este portal da web está lançando uma campanha de apoio à instalação da Faculdade de Tecnologia - Fatec Santos (Antonio Rubens Lara), no histórico prédio da Hospedaria dos Imigrantes, junto ao porto.

#### **Assista**

**\* Condomínios Logísticos na Era da Tecnologia**

<https://www.youtube.com/watch?v=sDBz-MJAx7c&feature=youtu.be>

Essa instalação da Fatec foi compromisso assumido pelos, então, prefeito Paulo Alexandre Barbosa e governador Márcio França. A cidade conta com uma estrutura de 12 Universidades e o Parque Tecnológico Engº Luiz Antonio Mesquita. Uma condição excelente para pesquisa e implantação de inovações, bem como preparar recurso humano para suprir as demandas do principal porto do Brasil. Decerto, um ambiente de ciência pura e aplicada, para automação, informação e produção ágeis, com energia verde.

#### **Leia também**

**\* Cursos em energias renováveis nas Etecs e Fatecs**

<https://portogente.com.br/noticias/transporte-logistica/95940-cursos-em-energias-renovaveis-e-eficiencia-energetica-nas-etecs-e-fatecs>

Muitos postos de trabalhos deverão ser substituídos e, num processo de expansão, consolidar competitividade e excelência. Entretanto, um ambiente de conhecimento bem planejado dissemina esse estímulo aos demais segmentos da sociedade, para gerar novos tipos de atividade, como se



assiste nos principais complexos portuários do Hemisfério Norte e suas hinterlândias, já bem avançados nesse processo.

### **Leia também**

#### **\* Potencializar o Porto de Santos como nó de rede logística global**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114850-potencializar-o-porto-de-santos-como-no-de-rede-logistica-global>

Ao voltar o olhar para o passado centenário do Porto de Santos, especialmente a transição do equipamento a vapor para o elétrico e o advento dos contêineres, é possível vislumbrar o desafio à frente, com as novas tecnologias inteligentes. Os parâmetros são os mesmos: ágil e custo. Os investidores serão atraídos por oportunidades com o retorno previsto do seu capital. É papel da atual geração da sua comunidade conquistar o futuro pujante que se avista.

### **Leia também**

#### **\* Maersk anuncia ventos bons para o Porto de Santos**

<https://portogente.com.br/noticias/dia-a-dia/114828-maersk-anuncia-ventos-bons-para-o-porto-de-santos>

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 02/06/2022



## **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

### **EDITORIAL - AVANÇO FERROVIÁRIO**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, o processo de renovação antecipada do contrato de concessão ferroviária da MRS Logística. Segundo o Ministério da Infraestrutura, a assinatura do aditivo contratual deve ocorrer no próximo semestre, ampliando o prazo do acordo em 30 anos. Em contrapartida, a empresa investirá R\$ 16 bilhões na malha que explora, ampliando a capacidade operacional, especialmente nos acessos aos portos de Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Essas características fazem com que o processo de renovação da concessão da MRS esteja entre os grandes projetos ferroviários do atual Governo, ao lado do novo marco legal do setor e da renovação da concessão da Malha Paulista, com a Rumo Logística (Grupo Cosan). Viabilizá-lo, portanto, é do interesse nacional. Trata-se de uma obra estratégica para a economia brasileira, uma vez que atenderá alguns dos principais estados da nação - Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. E o investimento previsto só auxiliará o país com geração de emprego e renda.

Efetivamente, é mais uma etapa no processo de valorização do modal ferroviário no Brasil e na ampliação de sua infraestrutura, um processo que o Governo deve incentivar - até mesmo por que os investimentos previstos são privados e estratégicos para que o setor tenha condições de atender as demandas da economia brasileira nas próximas décadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/06/2022

### **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **CONTRATO FIRMADO**

A semana tem sido bem positiva para a operadora ferroviária MRS Logística. Ontem, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou sua proposta de renovação antecipada da concessão da malha que explora nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (confira mais

detalhes em reportagem na página 4). E na segunda-feira, ela comunicou ao mercado que fechou um contrato com a siderúrgica Usiminas, que é sua acionista, para o transporte ferroviário de produtos siderúrgicos durante este e o próximo ano. Pelo serviço, a MRS receberá cerca de R\$ 409 milhões. O contrato foi firmado no último dia 24.

### COMBUSTÍVEL 1

O plenário da Câmara aprovou, nessa quarta-feira, a Medida Provisória (MP) 1100/22, que altera a tributação do PIS e do Cofins sobre o álcool combustível vendido por cooperativas diretamente ao setor varejista. De acordo com o texto, essas cooperativas são consideradas agentes produtores de etanol hidratado combustível e, se venderem aos varejistas, passam a pagar uma combinação de alíquotas sobre receita e o volume do produto - medida válida para as empresas que não optarem por um regime de tributação de PIS/Cofins baseada no volume produtivo.

### COMBUSTÍVEL 2

O objetivo da MP 1100/22 é ampliar a competição no setor alcooleiro, permitindo que as cooperativas vendam diretamente os postos de combustíveis, mas sem uma perda de arrecadação. O texto, agora, segue para o Senado.

### FORD

A montadora Ford ampliou as operações de seu Centro de Desenvolvimento e Tecnologia do Brasil, na Bahia, com a criação de 500 novas vagas nos últimos meses. O anúncio foi feito pelo presidente da Ford América do Sul, Daniel Justo, durante visita do governador da Bahia, Rui Costa, às novas instalações da empresa no Cimatec Park, ecossistema de inovação montado em parceria com o Senai Cimatec em Camaçari (BA). Com a expansão, o centro de desenvolvimento brasileiro se consolida como um polo de exportação de projetos e conhecimento para a montadora.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/06/2022**

**NACIONAL - Mais da metade dos operadores logísticos não consegue repassar aumento de custos, aponta estudo**

Alta do diesel representou um aumento muito alto nos custos para 77% dos operadores consultados pela pesquisa 'Perfil do Operador Logístico', do ILOS, encomendada pela Abol.

**Por BÁRBARA FARIAS [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)**



**EM 2021, O SETOR ALCANÇOU UMA RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB) DE R\$ 166 BILHÕES — UM AUMENTO MÉDIO DE 82% —, ARRECADOU R\$ 44 BILHÕES EM TRIBUTOS E GEROU 2 MILHÕES DE EMPREGOS, ENTRE DIRETOS E INDIRETOS, O EQUIVALENTE A 2% DO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS NO BRASIL**

**Operadores logísticos transportaram 391 milhões de toneladas de cargas em 2021**

A alta do diesel elevou muito os custos do transporte para 77% dos operadores logísticos (OLs) nos últimos dois anos. Do total, 69% não conseguiram repassar o aumento para os preços dos serviços. É o que constata o estudo 'Perfil do Operador Logístico', encomendado ao Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos) pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol).

Segundo a pesquisa, 54% dos operadores logísticos aumentaram os preços, mas abaixo do necessário para compensar a alta de custos, 12% mantiveram os preços estáveis e apenas 3% reduziram os valores. Já 30% conseguiram elevar o preço equivalente ao aumento de custo. A alta do combustível teve um alto impacto nas contas para 77% dos operadores, já 15% afirmaram que o aumento foi médio e 7%, pouco.



O levantamento contemplou um universo de 1 mil empresas, incluindo as 30 associadas da Abol, e apresenta um mapeamento do mercado do setor nos anos de 2020 e 2021. “Além de ampliarmos a base, dividimos as empresas em pequeno, médio e grande portes, revelando o comportamento de cada grupo diante, por exemplo, do cenário político e econômico brasileiro”, destacou a diretora-executiva da Abol, Marcella Cunha.

Segundo a entidade, o resultado confirma a recuperação e o crescimento dos operadores logísticos em 2021, com 391 milhões de toneladas de cargas transportadas e R\$18 bilhões em investimentos.

Em 2021, o setor alcançou uma receita operacional bruta (ROB) de R\$166 bilhões — um aumento médio de 82% —, arrecadou R\$ 44 bilhões em tributos e gerou 2 milhões de empregos, entre diretos e indiretos, o equivalente a 2% do total de pessoas ocupadas no Brasil.

Para driblar os entraves econômicos, que envolvem também a pandemia de Covid19, 59% dos operadores incrementaram os investimentos.

As principais atividades realizadas pelos operadores são o transporte rodoviário fechado, armazém geral e crossdocking. O questionário revelou que 94% das empresas realizam operações conjuntas de transporte e armazenagem. E isso ocorre para 44% da carga.

Abrangência A atuação dos operadores aumentou nas cinco regiões do País, passando de 25% para 44% no Norte, 43% para 58% no Nordeste, 37% para 62% no Centro-Oeste, 63% para 75% no Sul e de 92% para 97% no Sudeste. As respostas revelam uma busca por atuação nacional, sobretudo, entre as empresas de pequeno porte.

O crescimento nos setores atendidos também foi constatado pelo estudo. Em relação a 2020, a presença dos operadores aumentou em 12% na área de cosméticos, 16% no comércio eletrônico, 14% na área de produtos de limpeza e 12% na de tecnologia Industrial e de serviços.

“A pesquisa permite um conhecimento amplo do setor, relevando as suas particularidades e necessidades macros, principalmente após dois anos de pandemia e outros obstáculos no meio do caminho que comprometeram o Supply Chain internacional. Podemos dizer que a resiliência é a principal característica dos OLs, já que houve recuperação e desejo pelo desenvolvimento e inovação”, concluiu Marcella.

### **OUTROS DADOS DA PESQUISA:**

- As despesas operacionais representaram 74% da receita bruta, independentemente do porto do operador;
- R\$ 18 bilhões foram investidos em modernização das instalações, infraestrutura e softwares, startups e logtechs por quase metade dos operadores;
- 90% desenvolveram ações de integração com o cliente;
- 33% dos operadores de todos os portes querem reduzir custos, ganhar mercado e melhorar o nível do serviço;
- 26% das empresas de porte médio fizeram fusões ou aquisições em 2021;
- Contratação de funcionários por CLT aumentou 60% e a de terceiros, 48%, entre 2020 e 2021;
- 45% têm dificuldade em contratar mão de obra especializada;
- 96% querem redução da carga tributária, 91% cobram melhoria de infraestrutura e 78% reivindicam mais segurança;
- 93% consideram que Governo Federal deveria dar prioridade às obras de infraestrutura rodoviária.

Fonte: Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos). Pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol)

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/06/2022

### NACIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS APROVA RENOVAÇÃO ANTECIPADA DA MRS

Principais alterações feitas pelo tribunal estão no caderno de obrigações da empresa  
Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



*A ferrovia administrada pela MRS Logística abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e possui 1.686 km de linhas, 770 locomotas e 19 mil vagões*

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o processo de renovação antecipada do contrato de concessão da MRS Logística. A decisão unânime foi proferida na sessão de plenário desta quarta-feira (1º).

O relator do processo, ministro Jorge Oliveira, trouxe adequações à minuta protocolada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no tribunal em novembro do ano passado. Dentre elas está a determinação para que a ANTT revise o caderno de obrigações do novo contrato de concessão da ferrovia, incluindo requisitos mínimos obrigatórios para os investimentos mais significativos em conflitos urbanos.

Outro ponto de alteração trata da inclusão do fator de eficiência operacional na modelagem econômico-financeira da renovação. Ficou constatado que a minuta trata dos efeitos de escala ao longo do contrato. Mas não se trata dos ganhos de eficiência propriamente, o que é esperado com o aumento de produtividade vindo do desenvolvimento tecnológico e com a realização dos investimentos.

Apesar de concordar com a falta de clareza, o relator divergiu da secretaria de regulação do tribunal que sugeriu que o TCU determinasse à ANTT inclusão de outro fator que incluísse ganhos de produtividade e que usasse o chamado "Fator X" – redutor aplicado à tarifa com o objetivo de repassar os ganhos de produtividade ao consumidor final – amplamente utilizado no setor elétrico.

Jorge Oliveira entendeu que no setor ferroviário os ganhos de eficiência operacional em razão do desenvolvimento tecnológico possuem particularidades. O ministro então recomendou a elaboração de uma metodologia adequada para inserir, em futuros contratos ferroviários, a cláusula de ganhos de produtividade por desenvolvimento tecnológico.

#### **Ativos e passivos**

Ao modelar o contrato de concessão, a ANTT identificou uma base de avos compostos por valores ainda não abados dos investimentos realizados pela concessionária, e que são considerados indispensáveis à realização dos serviços. Esses bens são inseridos na equação contratual como uma indenização da União à concessionária.

Da mesma forma, a agência inseriu a chamada "base de passivos", patrimônios da União recebidos pela concessionária no início da concessão, que, no momento da renovação encontram-se sucateados ou desativados. Esses bens entram na equação como uma indenização a ser feita à União.

Neste segundo caso, o tribunal constatou que a concessionária não incluiu os chamados bens móveis – locomotas e vagões – da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Ficou determinado então que a ANTT incluía esses passivos na prorrogação. A estimativa trazida pelo relator é de que haja um incremento de mais de R\$80 milhões para o bônus de outorga.

Outra determinação feita pelo ministro trata da transparência. Ele estabeleceu que, em até 120 dias após celebrado o termo aditivo de prorrogação, tanto a ANTT quanto a MRS divulguem, em



seu sítio eletrônico, informações que viabilizem o acompanhamento e controle da sociedade dos investimentos previstos.

### **Sobre a renovação**

A ferrovia administrada pela MRS Logística abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e possui 1.686 km de linhas, 770 locomovas e 19 mil vagões. A prorrogação vai antecipar obras que seriam feitas apenas a partir de 2027.

Já o caderno de obrigações no novo contrato de concessão da ferrovia prevê aportes de cerca de R\$ 16 bilhões, distribuídos principalmente entre a ampliação da capacidade de transporte e acesso ao porto de Santos, denominada 'ferradura', onde será construído um centro de controle operacional a ser compartilhado pelas três ferrovias que utilizam o trecho.

Também está previsto um conjunto de 270 obras incluídas em 50 municípios para mitigação de conflitos urbanos provocados pelo tráfego ferroviário. Entre eles, viadutos, passarelas, passagem de pedestres e segurança. Também investimentos para segregação de 90 quilômetros de trilhos compartilhados com trens de passageiros da CPTM na região metropolitana de São Paulo.

O contrato prevê ainda investimento de R\$ 4,3 bilhões a título de outorga livre, que o Ministério decidiu usar em obras de interesse público e na eliminação de conflitos urbanos, como invasões da faixa de domínio e passagens de nível críticas (quando há cruzamento da ferrovia com ruas ou avenidas no meio de cidades).

A minuta prevê o compartilhamento do excesso de receitas com o poder concedente por meio da ampliação do bônus de outorga a ser pago para União em caso de a concessionária obter um volume de transporte superior ao previsto. A previsão é igual à determinada durante o processo de renovação da Malha Paulista.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 02/06/2022*

## **MINISTRO QUER MAIOR CLAREZA EM CLÁUSULA SOBRE A FERRADURA**

Segundo Jorge Oliveira, é preciso deixar claros os critérios de exclusão do trecho do contrato da MRS

*Por TALES SILVEIRA [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)*

**A FERRADURA É UM TRECHO DE CERCA DE 30  
QUILÔMETROS NA REGIÃO DE SANTOS ONDE AS  
MALHAS FERROVIÁRIAS DA RUMO, DA VLI E DA MRS  
CONVERGEM ANTES DE ACESSAR O TRECHO  
FERROVIÁRIO DO PORTO. O TRECHO É CRUCIAL PARA  
EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO E  
COMMODITIES AGRÍCOLAS.**

Outro ponto explorado pelo ministro-relator, Jorge Oliveira, é sobre a Ferradura do Porto de Santos (SP). Trata-se de um trecho de cerca de 30 quilômetros na região de Santos onde as malhas ferroviárias da Rumo, da VLI e da MRS convergem antes de acessar o trecho ferroviário do porto. A Ferradura é crucial para as exportações de minério de ferro e commodities agrícolas. A minuta de termo aditivo celebrada entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a MRS prevê a possibilidade de exclusão da Ferradura do objeto contratual durante a vigência da concessão.

A exclusão aconteceria caso a concessionária não cumprisse pelo menos 80% dos investimentos que possuem prazos determinados. A cláusula tem como objetivo assegurar a operação do trecho.

Mesmo concordando com o artigo, Jorge Oliveira entendeu que a redação não estabelece regras claras e objetivas para caracterizar as condições dessa exclusão extraordinária. Portanto, determinou que a ANTT reveja o texto para deixar os critérios de exclusão bem definidos.

A Ferradura também demandou uma regulação específica, alocando ao estado o risco de aumento de demanda maior do que o previsto. A minuta previa que a recomposição do contrato para a concessionária aconteceria preferencialmente por reajuste de passagem dos trens de outras operadoras.

Já o relator definiu que a minuta deixe claro que todos os investimentos na Ferradura serão recompensados sempre por meio da tarifa de direito de passagem para mais ou para menos. Assim não haverá realização de aporte de recursos orçamentários da União ao concessionário nesta região.

A ideia é que as três concessionárias que atuam neste investimento arquem com os custos eventuais necessários, além dos contemplados na modelagem. Também determinou que, caso haja redução dos investimentos previstos, a tarifa deverá ser reduzida.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*  
*Data: 02/06/2022*

## NACIONAL - TRIBUNAL DE CONTAS APROVA EDITAL DE CONCESSÃO DA SÉTIMA RODADA DE AEROPORTOS

Os novos investimentos nos 15 aeroportos devem totalizar cerca de R\$ 7,3 bilhões  
Por **TALES SILVEIRA** [tales@portalbenews.com.br](mailto:tales@portalbenews.com.br)



*Investimento previsto nos estudos para o terminal de Congonhas chega a R\$ 3,4 bilhões*

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou, ontem, a sétima rodada de aeroportos, que irá transferir para a iniciativa privada 15 terminais, entre eles o de Congonhas (SP). O relator do projeto no TCU, o ministro Walton Alencar, elogiou a formatação dessa sétima rodada, em especial os esforços da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

"Não foram identificadas quaisquer irregularidades ou impropriedades que desaconselhem a continuidade da sétima rodada de concessões aeroportuárias. Essa concessão é sobretudo importante porque trará benefícios a aproximadamente 35 milhões de passageiros, em uma estimativa modesta, nos próximos anos", disse.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura ressaltou que a aprovação do tribunal permite o lançamento do edital de licitação ainda em junho, "como previsto no calendário elaborado pelo Governo Federal". A previsão com o leilão é de R\$ 7,3 bilhões em investimentos ao longo dos contratos.

A joia da coroa do leilão será o aeroporto de Congonhas, que é o segundo mais movimentado do País e onde passam cerca de 22,7 milhões de passageiros por ano. O investimento previsto nos estudos para este terminal chega a R\$ 3,4 bilhões, quase metade do valor esperado para a rodada.

### Santos Dumont fora

O sétimo lote de concessões aeroportuárias foi aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em dezembro de 2021. Na época, ainda estava incluído no pacote o aeroporto Santos Dumont, no Rio.

Durante quase toda a tramitação do edital de concessão, houve pressão por parte do governo do Rio de Janeiro para retirar o aeroporto do pacote. Havia uma apreensão quanto a uma possível concorrência predatória dos aeroportos Galeão e Santos Dumont, fazendo com que o primeiro perdesse voos internacionais. O impacto aconteceria principalmente na captação de carga e na indústria local.

Em fevereiro, o Ministério da Infraestrutura atendeu às reivindicações e retirou o aeroporto Santos Dumont do edital. Agora, a previsão é que essa concessão seja feita no segundo semestre de 2023, junto com o terminal do Galeão.

A retirada do aeroporto do edital de concessão agradou o ministro relator. Alencar afirmou concordar que haveria uma possível concorrência predatória, caso fossem geridos por diferentes concessionárias. "A melhor alternativa em estudos acerca do tema é a concessão conjunta dos dois aeroportos", falou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 02/06/2022**

## REGIÃO NORDESTE - PORTO DO PECÉM PLANEJA INICIAR PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE EM 2025

A previsão é que, até 2030, o complexo conseguirá fornecer 1,3 milhão de toneladas do "combustível do futuro"

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**PARA OS PRÓXIMOS DIAS, SEGUINDO A TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO NAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO PORTO PARAIBANO, ESTÁ PREVISTA A MOVIMENTAÇÃO DE MAIS DE 50 MIL TONELADAS DE PETCOKE (COQUE DE PETRÓLEO)**

**As datas para o início dos trabalhos de instalação das usinas são variadas, mas o complexo já está em tratativas com os principais players globais do ramo para que o pontapé inicial aconteça**

O Porto do Pecém (CE) planeja iniciar a produção de hidrogênio verde (H2V) em 2025 e esma que, até 2030, conseguirá fornecer 1,3 milhão de toneladas do "combustível do futuro".

As datas para o início dos trabalhos de instalação das usinas são variadas, mas o complexo já está em tratativas com os principais players globais do ramo para que o pontapé inicial aconteça, entre eles as empresas AES, EDP, Engie, Fortescue, Qair, Total Eren e Transhydrogen Alliance.

Até o momento, já foram assinados 18 Memorandos de Entendimento (MoU) com companhias interessadas na implantação de projetos de hidrogênio verde no Porto do Pecém, mais especificamente na área da ZPE Ceará – a única Zona de Processamento de Exportação em operação hoje no Brasil.

ZPEs são áreas destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens que serão comercializados no exterior. As companhias instaladas em ZPEs recebem também isenções tributárias.

Com isso, o Porto do Pecém caminha para se tornar o primeiro hub de hidrogênio verde do País e da América Latina devido, principalmente, à sua localização geográfica e estratégica, que torna a exportação de H2V mais curta entre a América do Sul e a Europa, gerando custos menores para a



operação. Além disso, o Ceará tem sol e vento constantes, fatores essenciais para a geração da energia renovável utilizada na produção do novo combustível.

O hidrogênio verde é o nome dado ao combustível hidrogênio (H<sub>2</sub>) em sua versão “verde”, ou seja, quando é produzido utilizando fontes de energia “limpa”, sem emissão de poluentes como o CO<sub>2</sub>, e renováveis, como é o caso da eólica (ventos) e do solar.

**NOSSO PENSAMENTO É CONSIDERAR NOVOS MERCADOS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O COMPLEXO DO PECÉM NESTA CADEIA LOGÍSTICA, OU SEJA, ALÉM DO H<sub>2</sub>V E DA AMÔNIA VERDE, TEMOS A POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS SINTÉTICOS AQUI”**

### **DUNA URIBE**

Diretora Comercial do Complexo Do Pecém

Quando as instalações das usinas no porto começarem, há grande expectativa em torno da geração de empregos, renda e a contribuição direta para a descarbonização do planeta até 2050, um dos compromissos assumidos por diversos países do mundo no Acordo de Paris.

Em entrevista exclusiva concedida ao BE News em abril deste ano, o presidente do Complexo Industrial e Portuário de Pecém, Danilo Serpa, disse que o porto está trabalhando para se tornar um grande fornecedor mundial de H<sub>2</sub>V.

“Nos últimos anos, vem surgindo no planeta a demanda por uma matriz energética sustentável e o hidrogênio verde atende essa necessidade com perfeição. Para produzir hidrogênio, você tem de fazer a hidrólise da água, quebrando sua molécula (H<sub>2</sub>O) em gás hidrogênio (H<sub>2</sub>) e gás oxigênio (O<sub>2</sub>) e, para o combustível ser verde, esse processo deve utilizar energia limpa. E o Ceará tem energia eólica e solar, que podem até ser utilizadas conjuntamente”, explicou o executivo.

### **World Hydrogen 2022**

Representantes do Complexo do Pecém participaram do World Hydrogen 2022, um dos maiores eventos de discussão sobre o hidrogênio verde do mundo, realizado no mês passado. A visita fez surgir novos horizontes ao porto, que já discute com parceiros a ampliação da cadeia de valor do hidrogênio – que seria a produção de combustíveis sintéticos derivados do H<sub>2</sub>V. Quem explica é a Diretora Comercial do Complexo do Pecém, Duna Uribe.

“Nosso pensamento é considerar novos mercados para atração de investimentos para o Complexo do Pecém nessa cadeia logística, ou seja, além do H<sub>2</sub>V e da amônia verde, temos a possibilidade de produção de combustíveis sintéticos aqui”, detalhou a diretora.

Além disso, os executivos estudaram questões relacionadas à infraestrutura, ao transporte e à logística que envolvem o novo combustível. Visitaram também empresas que produzem eletrolisadores e conheceram as tecnologias que fazem parte de toda a cadeia de produção do H<sub>2</sub>V.

### **Compromisso**

Durante o evento, os representantes do porto cearense assinaram uma carta que foi enviada à Comissão Europeia, em que o Porto de Roterdã se compromete a entregar 4,6 milhões de toneladas de hidrogênio verde até 2030 a países europeus.

O objetivo é contribuir com o abastecimento energético desses territórios com fontes limpas. O documento teve a adesão de 70 empresas do setor e países exportadores.

O Porto de Roterdã é sócio do Governo do Ceará no Porto do Pecém, com 30% das ações do empreendimento. O complexo europeu enviou, inclusive, uma equipe ao complexo cearense que

auxilia o projeto para tornar o local um hub de H2V no Brasil. O Porto de Roterdã também será o centro de recepção e distribuição do H2V brasileiro na Europa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 02/06/2022

## REGIÃO CENTRO-OESTE - GOVERNO DO MATO GROSSO ABRE LICITAÇÕES PARA PAVIMENTAR 90 KM DE RODOVIAS

Os investimentos previstos são de R\$ 144,8 milhões. As obras serão custeadas com recursos do Estado

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



**AS PAVIMENTAÇÕES EM TRECHOS DA MT-242 (38,2 KM), EM ITANHANGÁ, E DA MT240 (16,3 KM), EM ÁGUA BOA, SÃO EM REGIÕES PRODUTORAS. NA MT240, SERÁ ASFALTADO O TRECHO ATÉ A BR-158, E NA MT-242 ATÉ A BR-163**

**Obras dotarão região de infraestrutura para escoamento da produção agrícola**

O Governo do Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra-MT), lançou seis licitações para asfaltar 90 quilômetros de rodovias e construir duas novas pontes de concreto. As obras serão executadas em regiões produtoras do estado e os investimentos previstos são da ordem de R\$ 144,87 milhões.

"Hoje, Mato Grosso tem o maior rebanho bovino, somos os maiores produtores de grãos, de etanol de milho e devemos crescer ainda mais. O investimento em infraestrutura é necessário para o desenvolvimento de Mato Grosso e para garantir a trafegabilidade nas rodovias, mas também o direito de ir e vir de todos os cidadãos", afirmou o secretário de Infraestrutura, Marcelo de Oliveira.

Segundo a Sinfra, um edital contempla a pavimentação de um trecho de 38,2 km da MT-242 entre os municípios de Itanhangá e Brasnorte. A obra será realizada entre o fim do asfalto em Itanhangá até a balsa sobre o rio Arinos. A obra está orçada em R\$ 51,1 milhões e a abertura das propostas será realizada no dia 14 de junho.

O Governo de Mato Grosso já está investindo R\$ 14 milhões na construção de uma ponte de concreto de 240 metros no local, para substituir a balsa, e asfaltando outro trecho de 16 km da rodovia. Com os investimentos em execução e planejados, a MT-242 se tornará uma nova rota asfaltada, ligando os municípios de Sorriso, Ipiranga do Norte e Itanhangá até o distrito de Brianorte.

Outra obra é referente à reposição de asfalto em um trecho de 32,1 km na MT-430, na região do Xingu. O Executivo estadual planeja investir R\$49,7 milhões para asfaltar o trecho entre o entroncamento da MT-437 até o Posto Bituca, no entroncamento com a MT322. A licitação da obra está marcada para ser realizada no próximo dia 23.

No município de Água Boa, a Sinfra-MT irá licitar o asfaltamento de 16,3 km da MT-240, entre o fim do asfalto e o entroncamento com a MT414. A obra está orçada em R\$22,7 milhões, com a sessão de licitação marcada para o dia 14 deste mês.

Por fim, será asfaltado um trecho de 3,3 km da MT-107, no município de General Carneiro. A licitação será realizada no dia 15, com um valor de referência de R\$ 6,8 milhões.

As obras serão custeadas com recursos dos cofres estaduais. “Para todas essas licitações que a Sinfra-MT está lançando, o dinheiro já está garantido”, destacou Oliveira.

### Pontes

Quanto às pontes anunciadas pelo Governo estadual, uma, de 153 metros de extensão, será construída sobre o Rio das Mortes, na divisa entre os municípios de General Carneiro e Novo São Joaquim. O orçamento para esta obra é de R\$11 milhões e a licitação será realizada no dia 28 de junho.

Outra ponte de concreto será construída sobre o Rio da Casca, na MT-515, em Chapada dos Guimarães. Com 50 metros de extensão, o valor da ponte é estimado em R\$ 3,3 milhões e irá estimular o turismo na região. A sessão de abertura das propostas será no dia 20.

Todas as licitações serão realizadas na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação (RDC), em lote único e com critério de menor preço.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 02/06/2022

## REGIÃO CENTRO-OESTE - NOVA ETAPA DE OBRAS NA BR-158/GO DEVE SER CONCLUÍDA EM NOVEMBRO

Uma das rotas do agronegócio no País, rodovia federal recebe serviços em Jataí, entre o Rio Paraíso e o aeroporto da cidade

Por **BÁRBARA FARIAS** [barbara@portalbenews.com.br](mailto:barbara@portalbenews.com.br)



**RECENTEMENTE, O DNIT LIBEROU A PISTA NOVA DA DUPLICAÇÃO DA BR158/GO, LOCALIZADA ENTRE O RIO PARAÍSO E O AEROPORTO DE JATAÍ**

**Alargamento da plataforma e obras de drenagem são executados no trecho do km 190 ao km 200 da BR-158/GO, entre os municípios de Jataí e Caiapônia**

Nova etapa de obras na BR158, em Goiás, deve ser concluída em novembro. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) está executando o alargamento da plataforma e drenagem em 10 quilômetros da rodovia federal, no trecho entre o km 190 e o km 200, localizado entre os municípios de Jataí e Caiapônia. A rodovia federal é uma das rotas do agronegócio, atravessando de norte ao sul do País, e sua recuperação foi retomada há dois anos.

O Dnit informou que executa também, entre os km 154 e o km 277, serviços de manutenção como tapa-buracos, monitoramento e limpeza de dispositivos de drenagem e roçada, entre outros.

Recentemente o departamento liberou a pista nova da duplicação da BR-158/GO, localizada entre o rio Paraíso e o Aeroporto de Jataí.

“Com o intuito de oferecer mais segurança e conforto aos usuários, além de aumentar a fluidez e diminuir o tempo das viagens, a autarquia antecipou a liberação da pista nova que estava prevista para março. Isso porque o fluxo de veículos, que já é intenso, aumenta consideravelmente nesta época”, informou o Dnit em seu site.

O departamento deverá realizar, ainda neste ano, a restauração total da pista antiga do trecho duplicado, com a execução de remendos profundos e a aplicação do revestimento em Tratamento Superficial Duplo (TSD). Em seguida, a aplicação de duas camadas de reforço com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) e a sinalização horizontal na pista nova e na antiga. A obra, de acordo com o Dnit, faz parte de um conjunto de ações que visam a eliminação de pontos

críticos no local que serve de acesso a pontos turísticos da região, aeroporto municipal e parque agropecuário.

Recuperação foi retomada em 2020

As obras de recuperação e restauração na BR-158/GO, no segmento que liga os municípios de Caiapônia e Jataí, com extensão total de 122,9 quilômetros, foram retomadas em junho de 2020 e fazem parte do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias (Crema), iniciado em 2018.

O serviço é uma demanda antiga do município e dos usuários que trafegam pela região, uma vez que a estrada possui tráfego intenso de veículos leves e pesados advindos do escoamento de produção, do abastecimento de insumos de todo o País e do potencial turístico da região.

O planejamento inicial para tratar desse subsegmento, que liga o km 260 ao km 263, era implantar uma interseção no local. No entanto, as equipes do Dnit constataram que o valor empregado para fazer essa única intervenção era praticamente o mesmo para realizar a duplicação da via e a implantação de um retorno.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 02/06/2022



## SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### PORTO DO ITAQUI FIRMA PARCERIA COM UEMA

Informação: Governo do Maranhão (2 de junho de 2022 )



(O presidente da EMAP, Ted Lago; o reitor da UEMA, Gustavo Costa; e o vice-reitor, Walter Sant'Ana. (Foto: Divulgação/Governo do Maranhão)

Na tarde desta quarta-feira (31), o presidente da Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), Ted Lago, e o reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Gustavo Pereira da Costa, assinaram um acordo de cooperação, válido por dois anos, com o objetivo de atuar em conjunto no desenvolvimento de programas, projetos e atividades nos campos de interesse das duas instituições.

A cerimônia de formalização foi realizada na Reitoria da UEMA, com a presença de equipes técnicas das duas instituições, dentre as quais o diretor de Planejamento da EMAP, Marcelo Coelho, e o vice-reitor da UEMA, Walter Canales Sant'ana.

“Este é um passo importante em um momento em que o Porto do Itaqui tem consolidada a sua importância para o desenvolvimento do Maranhão. O que o porto público do Maranhão tem em logística, nós queremos construir em pesquisa e conhecimento científico. Investir na ciência nos dá a confiança de que o futuro está sendo bem encaminhado”, afirmou Ted Lago.

O reitor da UEMA destacou o círculo virtuoso do Porto do Itaqui de 2015 para cá e seu papel estratégico para o fortalecimento do estado. “Esse acordo traduz um chamamento bilateral de comprometimento, de que é nessa direção que queremos trilhar, indo além da cidade de São Luís e ocupando todo o Maranhão. O horizonte que abrimos com essa parceria é largo”, disse Gustavo Pereira da Costa.



De acordo com o documento, a parceria entre a EMAP e a UEMA visa fortalecer os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas sobre Direitos que estão alinhados às atividades portuárias e área de influência do Itaqui; as ações de responsabilidade socioambiental da EMAP, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local; e também as ações de educação socioambiental e responsabilidade social corporativa desenvolvidas pela EMAP na área Itaqui Bacanga, prioritariamente no que se refere ao gerenciamento e redução dos impactos do descarte indevido de resíduos sólidos.

Nesse sentido, as duas instituições têm tarefas definidas nesse programa de cooperação. À EMAP caberá apoiar cursos, ações e projetos da UEMA que promovam a área portuária e socioambiental, disponibilizando as instalações do Porto do Itaqui para visitas técnicas virtuais e/ou presenciais, bem como técnicos do seu quadro funcional para ministrar palestras e atuar como facilitadores dos processos de ensino e aprendizagem. Também deve apoiar estudos conjuntos de pesquisa e serviços de extensão, assim como programas e plano de estudos, seminários, oficinas, palestras ou simpósios e incentivar os estudos de graduação, pós-graduação e extensão dentro do escopo definido pelas partes.

A UEMA deve garantir, em sua programação anual, a participação de estudantes e profissionais nas iniciativas promovidas pela EMAP que visem desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; disponibilizar profissionais e/ou estudantes para atuarem como parceiros na implantação e implementação de ações de educação socioambiental e incentivo à economia local a serem desenvolvidos pela EMAP, e receber na UEMA visitas de estudantes de escolas públicas e organizações sociais de comunidades próximas ao Porto do Itaqui e terminais externos para divulgar as atividades da universidade.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 02/06/2022*

## **INSS LIBERA ACESSO DE EMPRESAS A PEDIDOS DE APOSENTADORIA DOS FUNCIONÁRIOS**

Informação: ISN Portal (2 de junho de 2022 )

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) está ampliando o acesso de empresas privadas e públicas à situação previdenciária de seus funcionários. Na prática, as empresas poderão saber detalhes do processo administrativo de um segurado que pede a aposentadoria ou outro benefício.

A medida consta da portaria 1.012, de abril deste ano, publicada em maio no Diário Oficial da União. Segundo o documento, empregadores “terão acesso às decisões administrativas de benefícios requeridos por seus empregados, resguardadas as informações consideradas sigilosas”.

Em nota, o INSS afirma que informações pessoais do segurado não serão liberadas aos empregadores. “Não são disponibilizadas informações relativas a renda ou valores pagos ao segurado”, diz o instituto.

Além disso, para ter acesso aos dados, o empregador deverá fazer um cadastro prévio na Receita Federal. Caso contrário, não poderá saber sobre a situação de pedido ou liberação do benefício.

### **As empresas poderão consultar informações sobre os seguintes benefícios:**

1. Auxílio por incapacidade temporária;
2. Auxílio-acidente
3. Aposentadorias
4. Pensão por morte acidentária

### 5. Antecipação de auxílio por incapacidade temporária, prevista na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020

Segundo a advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), as empresas já tinham acesso a dados ligados a benefícios por incapacidade, como auxílio-doença e auxílio-acidente, que podem ser relacionados a doenças ou acidentes de trabalho, o que é de interesse do empregador.

A portaria amplia esse acesso, fazendo com que as companhias também possam saber se o empregado pediu a aposentadoria e se ela foi concedida. No caso dos trabalhadores que atuam em empresas públicas, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e Petrobras, por exemplo, a concessão da aposentadoria levará ao fim do vínculo empregatício.

A demissão do funcionário que trabalha em empresa pública foi instituída pela reforma da Previdência de 2019, que passou a valer no mês de novembro. O INSS afirma que será possível fazer com que se cumpra com mais facilidade o que diz o artigo 37 da Constituição Federal, que determina rompimento do vínculo que gerou o tempo de contribuição necessário para a concessão da aposentadoria.

De acordo com o instituto, após a publicação da emenda constitucional 103/2019, inúmeros ofícios de diversos órgãos da administração pública foram encaminhados às unidades de atendimento do órgão, com listas com centenas de nomes, solicitando informações individualizadas sobre a aposentadoria de cada funcionário.

O alto número de solicitações “criou uma demanda não prevista”, fazendo com que as rotinas de trabalho dos servidores ficassem prejudicadas. Os funcionários do instituto que antes estavam encarregados de responder aos ofícios irão, agora, “para o atendimento de outras demandas de serviços prestados pelo INSS”.

Para o advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, a medida é positiva, desde que respeite integralmente a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), sem que seja dado acesso a nenhum dado privado dos segurados.

#### **Estabilidade pré-aposentadoria**

Com o acesso aos dados de seus funcionários, empregadores privados poderão saber o tempo de contribuição do trabalhador e se ele está perto da aposentadoria ou não, o que pode evitar demissões indevidas no período de estabilidade pré-aposentadoria.

A regra garante a empregadores prestes a se aposentar um período de estabilidade antes de completar as condições mínimas ao benefício, no qual não pode ser demitido. Se for delgado, pode receber indenização e o patrão será obrigado a pagar o INSS até que o funcionário complete o tempo necessário para ter o benefício.

Em geral, esse período de estabilidade varia de seis meses a dois anos, dependendo da profissão e da categoria, e é definido por meio de acordo ou convenção coletiva.

#### **Órgãos públicos que poderão ter acesso aos dados:**

##### **Governo federal**

- Presidência da República e seus ministérios, Congresso Nacional e STF (Supremo Tribunal Federal)

##### **Governos estaduais**

- Governo estadual e suas secretarias, Assembleia legislativa, Ministério Público Estadual e Tribunal de Justiça

### Governos municipais

- Prefeitura e suas secretarias, Câmara dos Vereadores e o procurador do município
- Entidades da administração direta que também terão acesso:

### Autarquias:

- Instituídas por lei, têm autonomia administrativa e financeira, mas estão sujeitas ao controle do Estado. São entidades de direito público e sua atividade fim é de interesse público. Exemplos: Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e Banco Central

### Fundações públicas

- Criadas por lei, podem ser entidade de direito público ou privado. Sua atividade-fim deve ser de interesse público e essas organizações não podem ter fins lucrativos. Exemplos: Funai (Fundação Nacional do Índio)

### Empresas públicas

- São pessoas jurídicas de direito privado, criadas por autorização legal e administradas pelo poder público. O capital das empresas públicas é exclusivamente público. Essas empresas prestam serviço de interesse coletivo e exercem atividades econômicas. Exemplos: Correios e Caixa Econômica Federal

### Sociedades de economia mista

- Pessoas jurídicas de direito privado, criadas sob a forma de sociedade anônima e compostas por capital público e privado. A maior parte das ações dessas empresas são do Estado. Assim como as empresas públicas, prestam serviços públicos e exercem atividades econômicas. Exemplos: Banco do Brasil e Petrobras

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 02/06/2022*

## PORTO DE IMBITUBA É DESTAQUE NACIONAL EM ÍNDICE DE EFICIÊNCIA NA OPERAÇÃO DE CONTÊINER

*Informação: Porto de Imbituba (2 de junho de 2022)*



*Foto: Comunicação Social SCPAR Porto de Imbituba*

No quesito operação de contêineres, o Porto de Imbituba ficou em primeiro lugar como o mais eficiente entre os portos do Brasil, na categoria abordagem administrativa, de acordo com o Container Port

Performance Index (CPPI – Índice de Performance de Portos de Contêineres). O CPPI é elaborado pelo Global Transport Practice, do World Bank Group, em colaboração com a divisão Maritime, Trade and Supply Chain da S&P Global Market Intelligence. A pesquisa está em sua segunda edição e conta com um levantamento de 370 portos do mundo que realizam operações dessa carga.

O índice possui dois rankings com diferentes abordagens: administrativa e estatística. No primeiro, que aponta o Porto de Imbituba como o mais eficiente do país, são considerados dados das escalas (port calls) dos navios contêineres e a movimentação anual do porto em cargas de contêiner. Já na abordagem estatística, o complexo aparece em quarto lugar nacional em relação à operação de contêineres.



“Nosso estado demonstra que é sempre muito bem representado. Temos ao mesmo tempo mão de obra qualificada, um sistema de inovação competente e um ambiente propício para o empreendedorismo. E nossa gestão portuária não fica para trás. Seja na administração direta ou indireta, temos uma gestão de Santa Catarina cada vez mais técnica e eficaz”, disse o governador Carlos Moisés.

Além do primeiro lugar nacional na abordagem administrativa, Imbituba também ficou em 51ª colocação no ranking mundial deste quesito, perto de portos como o de Hong Kong (China) e Incheon (Coreia do Sul). Na América Latina, Imbituba está em quarto lugar e em primeiro entre os portos do Mercosul.

“O resultado deste relatório é efeito da constante busca dos usuários do Porto por otimizar suas operações e ampliar a eficiência no atendimento aos navios, o que também tem se consolidado na atração e projeção do Porto para novos negócios, com perspectivas de novos recorde operacionais para este ano”, destaca Fábio Riera, diretor-presidente da SCPAR Porto de Imbituba.

O Porto de Imbituba conta com um Terminal de Contêineres, arrendado pela Santos Brasil. Em 2021, a carga representou 12% de todo o volume movimentado em toneladas no Porto. Atualmente, há uma escala semanal de cabotagem (navegação entre portos do Brasil) em operação, da Aliança.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 02/06/2022*

## ONU E RÚSSIA DISCUTEM AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

*Informação: Agrolink (2 de junho de 2022 )*

As Nações Unidas e o governo russo estão se engajando em discussões destinadas a aumentar as exportações de grãos e fertilizantes da Rússia para o mercado global para enfrentar a crescente crise global de alimentos, informou a Reuters em 1º de junho. A alta funcionária da ONU Rebecca Grynsman e o vice-primeiro-ministro russo Andrei Belousov recentemente tiveram “discussões construtivas” sobre o assunto, disse o porta-voz da ONU Stephane Dujarric à Reuters.

A Rússia está enfrentando sanções econômicas draconianas da Aliança da Otan como resposta à invasão da Ucrânia em 24 de fevereiro, que impediu a Ucrânia, um dos maiores exportadores de grãos do mundo, de transportar commodities agrícolas de seus portos. Embora as sanções econômicas não tenham como alvo específico grãos e fertilizantes russos, as companhias de transporte e seguros estão reticentes em se envolver em embarques enquanto as sanções são impostas, disse à Reuters Linda Thomas-Greenfield, embaixadora dos EUA na ONU.

Ela disse que os Estados Unidos estão preparados para enviar “cartas de conforto” a essas empresas para ajudar a facilitar as exportações de grãos e fertilizantes russos. O presidente russo, Vladimir Putin, pediu que as sanções econômicas sejam levantadas contra seu país para que a Rússia, o maior exportador de trigo do mundo, possa aumentar seus embarques agrícolas.

A Rússia também está em discussões sobre a rescisão de seu bloqueio aos portos ucranianos para permitir que os estimados 20 milhões de toneladas de grãos armazenados nesses portos cheguem ao mercado global. Liderando essas negociações está o presidente turco Tayyip Erdogan, que é um dos poucos líderes mundiais a manter boas relações com a Ucrânia e a Rússia durante o conflito.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 02/06/2022*

### RUMO ESPERA LICENÇA AMBIENTAL PARA CONCLUIR CONTORNO FERROVIÁRIO NA REGIÃO DE RIO PRETO EM 2026

Informação: Revista Ferroviária (2 de junho de 2022)



Guilherme Penin, da Rumo, e o prefeito de Rio Preto, Edinho Araújo (Vinícius Marques 31/5/2022)

Diário da Região (São José do Rio Preto-SP) – A concessionária Rumo espera conseguir aprovação de órgãos ambientais para iniciar as obras do contorno ferroviário na região de Rio Preto em 2023. A estimativa é de que o empreendimento seja concluído em 2026, segundo Guilherme Penin, vice-presidente de Regulatório, Institucional, Projetos e Expansão

da empresa.

Guilherme participou de evento no gabinete do prefeito Edinho Araújo (MDB), com a presença de secretários e vereadores. O contorno será debatido em três audiências públicas, que começam nesta terça-feira, 31, na Câmara de Cedral. Ainda serão realizadas audiências em Bady Bassitt e Mirassol nesta quarta, 1º, e quinta, 2, respectivamente.

“Hoje temos em média 12 trens passando sentido Porto e outros 12 no sentido inverso. São 24 trens por dia, com 120 vagões cada”, disse Penin sobre o fluxo da ferrovia na região de Rio Preto.

O custo da obra é estimado em R\$ 694 milhões no relatório, que teve detalhes divulgados pelo Diário na edição do dia 22 de maio. Parte dos materiais, como os trilhos, são importados, o que pode impactar no custo da obra.

Segundo o documento, “para implantação do empreendimento estima-se que serão desapropriadas 158 propriedades, com área total de aproximadamente 328 hectares”.

A maioria das propriedades fica no município de Bady Bassitt, 40,5% do total. Já em Mirassol estão 33,5% das propriedades identificadas; 17,1% estão em Cedral e 2,5%, em Rio Preto. Por ter o menor impacto ambiental do projeto, Rio Preto não terá audiência pública sobre o empreendimento.

O debate faz parte de exigências da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para que a Rumo consiga a Licença Prévia (LP) para a obra. A concessionária ficará a cargo de compensações por conta dos locais de preservação ambiental que serão impactados com a obra.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 02/06/2022

### TERMINAL AÇUCAREIRO COPERSUCAR COMPLETA 24 ANOS

Informação: Copersucar (1 de junho de 2022)



Foto: Copersucar

O dia 1º de junho de 1998 foi um marco na história da Copersucar e, também, um dos dias mais especiais na vida de Manoel de Jesus Nascimento: então com 35 anos, foi admitido como Encarregado de Descarga de Ensacados na inauguração das operações do Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos (SP). Era o início de uma longa história de conquistas.

A relação de Manoel com o Porto de Santos vem de

berço: é onde sua família trabalha desde 1947. “Nunca poderia imaginar que iria iniciar minha história na Copersucar no mesmo dia em que o TAC começava a dele. E estamos juntos até hoje”, celebra o supervisor de Operações, agora com 59 anos. Formado em Logística e técnico em Química Industrial, Manoel tem duas pós-graduações e sonha estudar Engenharia de Produção.

Manoel foi testemunha das muitas transformações do TAC. “Eu estava aqui quando a movimentação de ensacados mudou para granel, que logo se tornou referência nas operações desse tipo, e quando o terminal passou a realizar embarques de soja e milho, o que potencializou a utilização da nossa capacidade. Vi de perto a expansão do TAC, a consolidação da nossa Cultura de Segurança e todos os recordes”, relata. “Tenho muito orgulho de dizer que ajudei a desenvolver profissionais, que também apoiaram meu crescimento. Sou muito feliz aqui.”

### De volta à casa

Prestes a completar 24 anos no terminal, Antônio Carlos de Abreu, ou simplesmente, Abreu, trabalhou na Copersucar de 1988 e 1990. Decidiu alçar novos voos, mas, após um hiato de oito anos, o bom filho retornou à casa no dia 20 de julho, poucas semanas depois da inauguração do TAC. “Larguei tudo para voltar para a empresa que tanto gostava assim que vi que o terminal estava sendo construído”, conta.

Então com 28 anos, o jovem Abreu começou no TAC como auxiliar de Operações e hoje, aos 55 anos, atua como operador de Equipamentos. Orgulhoso da atividade que exerce, guarda na memória cada experiência que o ajudou na sua jornada profissional. “Vi a mudança da operação por sacaria para granel, a chegada dos grandes navios como símbolos do progresso do TAC e muito crescimento nas operações e na capacidade de superar desafios e de melhorar cada vez mais”, conta.

Como o colega, Abreu destaca o aspecto humano como o grande valor na sua trajetória. “Fiz muitas amizades nesses 24 anos”. Para os colaboradores mais jovens, o veterano aconselha valorizar toda e qualquer atividade desenvolvida no TAC: “Há muitas oportunidades aqui. O trabalho investido sempre trará bons resultados”

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 02/06/2022*



### CNN BRASIL

## NORMALIZAÇÃO DO PORTO DE XANGAI DEVE DEMORAR ATÉ 6 MESES, AVALIA ECONOMISTA



**Contêineres no Porto de Yangshan, em Xangai – Foto: REUTERS/Aly Song/Files**

Depois de dois meses, as autoridades chinesas liberaram Xangai do rígido lockdown contra a Covid-19. A expectativa, agora, é para a retomada plena das atividades do porto da cidade, um dos principais do mundo.

Em entrevista à CNN Rádio, o economista-chefe do Voiter e professor de economia do Insper,

Roberto Dumas, afirmou que a notícia é boa, mas que os próximos meses ainda serão complicados.

***“Até desembaralhar todo o porto leva de 4 a 6 meses. Estamos vendo luz no fim do túnel, mas normalizar a entrega de eletroeletrônicos, semicondutores, microprocessadores e até artigos farmacêuticos é um processo”, explicou.***

Segundo ele, “não é agora, imediatamente, que vamos ver um desembaraço do processo logístico das cadeias de produção que vêm da China.”

Ele acredita que o otimismo “aumenta investimentos e o consumo volta a subir”. Mas, “a volta do consumo chinês significa um consumo maior também de petróleo, o que fará o preço da commodity ter nova alta.”

***“O preço do petróleo subirá não somente por isso, mas também porque a União Europeia colocou uma sanção maior ao produto russo, e consumo maior com oferta menor afeta mais a inflação mundial”, completou.***

Fonte: CNN Brasil

Data: 02/06/2022



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### **PPI RECOMENDA INCLUSÃO DA PETROBRAS PARA ESTUDOS DE DESESTATIZAÇÃO**

Essa é uma etapa burocrática do processo, que agora depende de um decreto presidencial para início dos estudos e alteração na legislação

Por **Fernanda Trisotto — Brasília**

O conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) decidiu recomendar, na reunião desta quinta-feira, a inclusão da Petrobras na carteira de estudos para uma eventual privatização da estatal. Esse é um dos primeiros passos, ainda em fase burocrática, para esse processo. Após essa recomendação, é preciso que um decreto do presidente Jair Bolsonaro autorize essa inclusão. Vale lembrar que o próprio Bolsonaro afirmou que a privatização da companhia levaria quatro anos "se tudo der certo".

Nesta semana, o Ministério de Minas e Energia solicitou a inclusão da Petrobras na carteira do PPI. Outro alvo de privatização da pasta, a PPSA, estatal que gerencia os contratos do pré-sal, já teve essa recomendação aprovada.

A Petrobras está na mira do presidente Bolsonaro, que já promoveu três trocas no comando da estatal. A insatisfação é com os preços dos combustíveis, que se mantêm em patamar elevado, o que atrapalha sua popularidade em ano eleitoral.

No caso da Petrobras, após essa recomendação ao presidente, é preciso que Bolsonaro edite um decreto para incluir a empresa na carteira de estudos. Bruno Westin Leal, secretário especial da Secretaria Especial do PPI, explica que após essa fase será estabelecido um comitê interministerial com integrantes do Ministério da Economia e do Ministério de Minas e Energia, para coordenar os estudos e acompanhar as ações necessárias para viabilizar a desestatização da empresa.

No auge da soja: Interferência na Petrobras eleva risco de falta de diesel, e setor agrícola e varejo devem ser afetados

Ele ainda explica que, para a Petrobras, é preciso que seja aprovada uma medida legislativa, pelo Congresso, concedendo esse aval, porque a empresa atualmente não pode ser incluída no Programa Nacional de Desestatização.

É neste projeto do Congresso que constarão também as diretrizes para a modelagem da privatização, já previamente definidas pelo comitê interministerial do PPI.

Não há prazo para a publicação do decreto, nem para o envio de projeto ao Congresso com essas medidas.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 02/06/2022*

### **CIRO NOGUEIRA DIZ QUE SE SITUAÇÃO DO PAÍS PIORAR, GOVERNO PODE DECRETAR CALAMIDADE PÚBLICA**

Ministro da Casa Civil afirmou que 'atualmente' não vê motivo para medida, mas deixou possibilidade em aberto

*Por Daniel Gullino — Brasília*



*O ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, e o presidente **Jair Bolsonaro** durante evento no Palácio — Foto: **Cristiano Mariz/Agência O Globo***

O ministro da Casa Civil, **Ciro Nogueira**, afirmou nesta quinta-feira que "atualmente" não vê necessidade da decretação de um estado de calamidade pública, mas afirmou que essa possibilidade existe dependendo da situação do país. A declaração ocorreu em entrevista à CNN Brasil.

— Vai depender da situação do país. A população está sofrendo hoje. Eu não vejo necessidade desse estado de calamidade atualmente, mas se chegar a um ponto de uma situação como essa, nós teremos que decretá-la. Mas eu espero que isso não seja necessário — disse o ministro.

A possibilidade de o presidente **Jair Bolsonaro** pedir ao Congresso Nacional para decretar o estado de calamidade a poucos meses da eleição passou a ser defendida por uma ala do governo, que busca criar mecanismos para derrubar o preço dos combustíveis e da energia por meio de subsídios.

Esse decreto, no entanto, esbarra no desejo de **Bolsonaro** de reajustar os salários dos servidores públicos, como o GLOBO mostrou.

A calamidade libera uma gastança irrestrita pelo governo. Não apenas medidas para reduzir combustíveis, mas também, por exemplo, ampliação do Auxílio Brasil. O decreto precisa ser votado previamente pelo Congresso Nacional. Para ministros do governo, o decreto é colocado como "última possibilidade".

O instrumento é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Constituição. Mas uma alteração feita na regra por sugestão do governo **Bolsonaro** estabelece que, durante a vigência do estado de calamidade pública, fica proibido a concessão de reajuste de salários e de benefícios como o vale-alimentação. Esse reajuste, porém, poderia ser feito antes do decreto.

Na entrevista desta quinta-feira, **Ciro Nogueira** também afirmou que está a situação do país está "muito difícil" e que isso dificulta a concessão de reajuste.

— Ainda estamos estudando. Ainda não temos definição. Estamos buscando alternativas. Mas a situação está muito difícil para conceder aumento para os servidores nesse ano.

Em relação ao reajuste no vale-alimentação de todos os servidores, que está sendo estudado como um substituto do aumento salarial, Nogueira confirmou que há essa possibilidade, mas disse que isso pode ferir a legislação eleitoral.

— Tem (essa possibilidade), mas existe uma dúvida jurídica muito grande se o governo federal, por conta da legislação eleitoral, pode conceder esse aumento. Se a legislação eleitoral permitisse, eu tenho certeza que o presidente já tinha feito isso.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/06/2022*

## START-UP BRITÂNICA FECHA PARCERIA COM DONA DO AEROPORTO DE BRASÍLIA PARA CRIAR INFRAESTRUTURA PARA 'CARROS VOADORES'

Ideia é fazer do Brasil mercado pioneiro para veículos elétricos. Empresa também tem acordo com a brasileira Gol



Modelo de "*Supernal Electric Air Vehicle*" (eVTOL) dentro de vertiporto da Air-One, desenvolvida pela Urban-Air Port — Foto: Chris J. Ratcliffe/Bloomberg

A start-up de carros elétricos voadores Vertical Aerospace, do Reino Unido, fechou parceria com a argentina Corporación America Airports para projetar e explorar no Brasil os chamados de "vertiportos", espécie de aeroporto para aeronaves de pouso vertical e com motor elétrico, os chamados eVTOLs. A Corporación America é dona da Inframerica, que detém a concessão do aeroporto de Brasília.

A Vertical informou que a nova parceria, ao lado de outras como com a locadora de jatos Avolon Holdings e a companhia aérea Gol, ajudará a obter a infraestrutura necessária para que o Brasil seja um dos "mercados pioneiros" para os serviços de táxi aéreo.

A Vertical está apostando no Brasil. A cidade de São Paulo é a que tem o mais intenso tráfego de helicópteros do mundo, devido ao trânsito pesado de veículos.

Táxis voadores movidos a eletricidade estão sendo considerados como alternativas "eco-friendly" para os helicópteros. Muitas fabricantes estão atualmente no processo de conseguir certificação para as aeronaves e finalizar os planejamentos para as infraestruturas associadas.

Em setembro, a Gol concordou em compra ou alugar cerca de 250 unidades da empresa de leasing Avolon. A Vertical também tem acordos preliminares com a American Airlines, Japan Airlines, e Virgin Atlantic para iniciar a prestação de serviços em 2025.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/06/2022*

## GOVERNO FEDERAL E ESTADOS VÃO DISCUTIR ICMS DOS COMBUSTÍVEIS EM GRUPO MEDIADO PELO STF

Se não houver acordo até 14 de junho, André Mendonça decidirá sozinho sobre o assunto

*Por Manoel Ventura e Bruno Góes — Brasília*



*André Mendonça, ministro do STF que analisa ICMS dos estados — Foto: Cristiano Mariz/O Globo*

Representantes dos estados, do governo federal e do Congresso Nacional decidiram criar um grupo de trabalho para discutir mudanças no ICMS sobre o óleo diesel. A criação do grupo foi definida nesta quinta-feira em audiência de conciliação no gabinete do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O objetivo é chegar a um acordo até o dia 14 de junho. Se não houver entendimento conjunto, Mendonça tomará uma decisão sozinho, já que ele é relator do processo que trata do assunto.

As discussões envolverão não só o valor do ICMS sobre o diesel cobrado pelos estados como também a definição de um teto de 17% do imposto de combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes coletivos. Já aprovado na Câmara, esse projeto está no Senado e desagrada aos governadores.

O encontro reuniu os secretários da Fazenda dos estados e representantes dos ministérios da Economia e de Minas e Energia.

O objetivo do encontro, conforme o ministro, era chegar a um acordo sobre medidas e planos de trabalho “possíveis ou recomendáveis” para efetivar o cumprimento da lei que unificou a alíquota do imposto sobre o combustível.

Mendonça é o relator de uma ação no Supremo em que o governo federal pede a suspensão da definição pelos estados do ICMS sobre o diesel.

Em março, os secretários estaduais de Fazenda definiram, por unanimidade, que o ICMS sobre o diesel S-10 passaria a ser de R\$ 1,0060 a partir de 1º de julho. O valor se refere à maior alíquota em vigor no país, praticada no Acre. A aplicação do imposto, porém, viria com um “desconto”, que, na prática, manteria a atual carga tributária de cada unidade da federação.

Com isso, cada estado continuou com um valor diferente, não tendo sido atingido o objetivo da lei aprovada pelo Congresso. O governo ingressou com a ação direta de inconstitucionalidade no STF. Relator dessa ação, Mendonça suspendeu a decisão dos estados, mas não indicou nada no lugar.

O governo defende que os estados adotem uma alíquota baseada na cobrança média dos últimos cinco anos, o que faria o tributo cair R\$ 0,27, nas contas do Ministério da Economia.

No despacho que convocou a reunião, Mendonça havia dito que o encontro teria uma finalidade “eminentemente consensual”, e que seria recomendável que as manifestações “tenham caráter propositivo e resolutivo”.

O preço dos combustíveis é uma das principais dores de cabeça do presidente Jair Bolsonaro em ano de eleições. Ele culpa os estados pela alta.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, negou que os estados sejam culpados pela inflação.

— O que precisa ficar claro é que o culpado pela alta do preço não é o ICMS. O ICMS, para falar aqui por São Paulo, está congelado, dentro do preço do diesel em R\$ 0,66 desde de novembro do

ano passado. E o preço tá aumentando sem parar. Quer dizer, o culpado não é o ICMS — afirmou.

### Debate no Senado

Durante a tarde, o relator da proposta que define um teto para a incidência de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes coletivos, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), conversou com secretários de Fazenda dos estados.

O parlamentar afirmou que os secretários devem ceder para que se chegue a um acordo junto ao governo federal, deputados e senadores.

Isso ocorreria com a retirada de trecho que prevê eventuais compensações aos estados, pela União, no caso de perda de arrecadação. Bezerra, porém, acenou com a possibilidade de construção de um acordo em que a União possa oferecer outras contrapartidas.

Após a reunião, Bezerra seguiu para uma reunião no Ministério da Economia.

— A compensação, do ponto de vista de estar a serviço da dívida, está no texto. O que existe é a disposição de que ela possa ser retirada, desde que outros pontos possam ser avançados na perspectiva dos estados. Não quero avançar nestes pontos, só depois da conversa com o ministro Paulo Guedes — disse Bezerra.

O senador disse ainda esperar que o seu relatório sirva de base para a construção de um acordo maior, que está sendo trabalhado a partir da conciliação arbitrada pelo STF.

— (Os secretários) só querem que o governo faça um esforço, porque o esforço todo, por enquanto, está sendo feito pelos estados — disse o senador.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 02/06/2022*

## GOVERNO DIZ QUE CRESCIMENTO DE 1% DO PIB É 'ROBUSTO' E INDICA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA

Ministério da Economia afirma, porém, que guerra na Ucrânia e efeitos remanescentes da pandemia geram incertezas

*Por Manoel Ventura — Brasília*



*O ministro da Economia, Paulo Guedes — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo*

O governo avalia que o resultado do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos pelo país) divulgado nesta quinta-feira pelo IBGE mostra que a economia do país manteve um crescimento "robusto" no início de 2022, consolidando o processo de recuperação da economia.

De acordo com o IBGE, o PIB avançou 1% no primeiro trimestre de 2022 em comparação com o quarto trimestre do ano passado. É mais do que o crescimento registrado nos dois trimestres anteriores, mas menos que o esperado pelo mercado. Economistas previam alta de 1,2%, segundo a média das projeções de analistas ouvidos pela Bloomberg. Frente ao primeiro trimestre do ano passado, o PIB cresceu 1,7%.

“Após a vigorosa retomada da atividade em 2021, quando a economia brasileira registrou alta de 4,6% no PIB e confirmou a recuperação econômica em “V” (uma recuperação após uma forte queda), o início de 2022 manteve o robusto crescimento da atividade apesar do ambiente de incerteza gerado pelos reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia”, afirma nota do Ministério da Economia.

O governo destaca que mesmo num contexto adverso, a atividade econômica brasileira mostrou-se positiva no primeiro trimestre de 2022 em vários ramos, em especial na indústria e nos serviços.

O desempenho do primeiro trimestre foi puxado pelo setor de serviços, que representa 70% do PIB e que foi duramente afetado durante os períodos de maiores restrições em função da Covid.

Para o governo, a economia brasileira tem retomado a atividade de forma consistente, mas alerta para o conflito na Ucrânia e outros fatores de incerteza:

“Fatores de alerta e que inspiram atenção: as incertezas inerentes ao conflito no Leste Europeu e os efeitos remanescente da pandemia, especialmente quanto às cadeias globais de suprimentos, aumento da inflação e necessidade de ajustes das condições financeiras. No entanto, a melhor forma de combater as incertezas é prosseguir com o processo de consolidação fiscal e a aprovação de reformas pró-mercado para aumento da produtividade”, afirma a pasta.

O Ministério da Economia destacou que os serviços estão no melhor nível desde 2015, os investimentos recuperaram o nível de 2014 e a taxa de desemprego retornou aos patamares do início de 2016, com avanço da população ocupada nos diversos setores.

“Ressalta-se que o crescimento de longo prazo da economia brasileira depende fundamentalmente da consolidação fiscal (redução da relação dívida/pib) e de uma importante agenda de reformas pró-mercado”, acrescenta a pasta, citando a abertura econômica, privatizações e concessões, melhora dos marcos legais e aumento da segurança jurídica.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 02/06/2022*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### BRK E CORSAN, DE SANEAMENTO, TENTAM REABRIR IPOS E CAPTAR AO MENOS R\$ 3 BI

*Por Altamiro Silva Junior e Cynthia Declodt*



*Desde agosto passado, não houve novas ofertas na B3*  
*Foto: Daniel Teixeira/Estadão*

Após quase um ano sem aberturas de capital na B3, a BRK Ambiental e a Corsan, ambas do setor de saneamento, vão tentar captar ao menos R\$ 3 bilhões. A ida ao mercado é esperada para julho, mês que é visto como última chance de emplacar uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) antes das férias de verão do Hemisfério Norte e, principalmente, das eleições no Brasil.

A BRK pretende captar cerca de R\$ 2 bilhões em uma oferta primária, na qual o dinheiro vai todo para o caixa. Se conseguir, será a primeira empresa privada de saneamento a fazer um IPO. Os recursos serão usados para bancar

participações em licitações de concessões e parcerias público-privadas (PPPs). Curiosamente, no prospecto, a BRK ressalta que não vai usar o dinheiro para pagar dívidas, estratégia de algumas companhias em 2020 e 2021, que acabaram tendo de engavetar as ofertas. A companhia pertence à canadense Brookfield, dona de uma fatia 70% por meio de um fundo, e Caixa, que tem os 30% restantes, via FI-FGTS.

### Operação da Corsan segue moldes da Eletrobras

Já a estatal gaúcha Corsan pode captar cerca de R\$ 1,5 bilhão, em uma privatização que segue os moldes da Eletrobras. Haverá aumento de capital e o governo do Rio Grande do Sul vai diluir sua fatia de pouco mais de 50% para abaixo de 30%. A empresa a ser listada na Bolsa será uma companhia sem controle definido, conhecida no mercado como 'corporation'.

As duas ofertas entraram em análise na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) esta semana, mas estavam sendo discutidas nos bancos de investimento há alguns meses. As apresentações para os investidores (roadshows) devem ter início em julho. Se a operação da Eletrobras, prevista para ser precificada no dia 9, for bem-sucedida, a chance é que as ofertas consigam sair do papel.

### Novo marco do saneamento tem estimulado negócios

A secura de IPO na B3 vem desde agosto de 2021, quando as últimas duas ofertas aconteceram – Raízen e Oncoclínicas. Com os juros chegando a dois dígitos no Brasil e tendência de alta no exterior, a oferta de ambas chama a atenção. Não estivessem no setor de saneamento, no qual a criação de um novo marco regulatório vem puxando vários negócios, provavelmente novas tentativas de IPO aconteceriam somente após as eleições.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 02/06/2022**

## GOVERNO QUER QUEBRAR CONTROLE ESTATAL SOBRE DUTOS PARA BARATEAR COMBUSTÍVEL

Medida em estudo pelo governo prevê forçar a Transpetro, braço da Petrobras, a compartilhar oleodutos e gasodutos com concorrentes

**Por Adriana Fernandes, O Estado de S. Paulo**

### Oleodutos e gasodutos

Subsidiária da Petrobras, a Transpetro é responsável pelo transporte de petróleo, combustíveis e gás em uma rede de 14 mil quilômetros de dutos

#### Rede da Transpetro



Fonte: TRANSPETRO

ESTADÃO #1

BRASÍLIA - Nas negociações políticas para a aprovação de medidas com potencial de redução dos preços dos combustíveis, o governo discute com lideranças aliadas do Congresso o envio de um projeto para abrir a Transpetro, braço da Petrobras que opera terminais e dutos, à concorrência. A proposta visa garantir "de fato" que refinarias, distribuidoras e importadores tenham acesso à infraestrutura da Transpetro, que, na avaliação de integrantes do governo, tem grande ociosidade.

Segundo o Estadão apurou, o envio do texto está sendo discutido com o Congresso para ser incluído na ofensiva de votação de projetos que podem ajudar a reduzir preços neste momento de alta da inflação no Brasil e no mundo. Entre os projetos em tramitação na Câmara, está a fixação de um teto de 17% para alíquota do ICMS de combustíveis, energia elétrica, gás, telecomunicações e transportes.

Hoje, para uma empresa competir com alguma

refinaria precisa colocar o combustível no caminhão ao invés de usar os dutos da Transpetro. Subsidiária integral da Petrobras, a Transpetro tem uma atuação voltada para logística de transporte: dutos e terminais e transporte marítimo. Conta com mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 55 navios.

Segundo fontes a par das negociações, a Transpetro tem obrigação em lei de ceder e compartilhar essa infraestrutura. Mas, na prática, não o faz, de acordo com a avaliação do governo. A intenção da proposta é justamente forçar esse movimento de uma maneira mais contundente. Para o convencimento dos parlamentares, integrantes do governo têm reforçado que há trechos com ociosidade de 30% e em alguns dutos está acima de 50%.

Em nota, a Transpetro disse seguir normas em relação ao livre acesso a suas instalações e que sempre presta informações aos órgãos de controle. "Os interessados podem ainda recorrer à agência reguladora em caso de negativa pelo operador, porém nunca houve determinação da agência obrigando a Transpetro a agir de forma distinta da que vem praticando, demonstrando o compromisso com a transparência e com as boas práticas concorrenciais", disse a estatal.



***Terminal da Transpetro; governo discute envio de projeto para abrir Transpetro à concorrência, por avaliar que sua infraestrutura tem grande ociosidade. Foto: Fábio Motta/Estadão***

O projeto dá mais instrumentos à Agência Nacional de Petróleo (ANP) para que toda a cadeia – refinarias, distribuidoras e importadores – possa usar os dutos da Transpetro.

A determinação para compartilhamento é muito genérica e a ANP só tem hoje duas ferramentas de punição: multas irrisórias e cassar a licença da Petrobras, o que é inviável.

O projeto em estudo traz os procedimentos e a maneira como esse compartilhamento deve ser feito, colocando regras transparentes e objetivas. No ano passado, o envio de uma medida provisória (MP) com essa proposta foi barrado pelo ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, substituído no cargo pelo economista Adolfo Sachsida.

### **Redução de preços**

Fontes ouvidas pelo Estadão, na condição de anonimato, calculam que, se esse projeto tivesse sido aprovado em outubro, quando o ex-ministro Bento não deixou prosperar, o preço de hoje diesel poderia estar cerca de R\$ 0,30 a menos.

Essa proposta foi inicialmente construída pela área técnica do Ministério da Economia e, agora, conta com apoio do Ministério de Minas e Energia. Nas conversas com o Congresso, um ponto tem sido ressaltado que esse projeto sozinho não resolve todo o problema de hoje, mas pode ajudar a reduzir os preços.

Não é o que avalia o ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Helder Queiroz, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo ele, a medida em tese é boa, mas, na prática, "é nula" diante da urgência que o governo tem de reduzir os preços dos combustíveis.

"É uma medida para o médio e longo prazo, por isso não seria suficiente para atender o que o governo almeja, que é a competição com preços mais baixos rapidamente", afirma Queiroz.



A referência do governo para o desenho da proposta tem sido a legislação britânica. A área jurídica avalia que a proposta não pode ser enviada por meio de medida provisória. Seria preciso um projeto de lei.

O governo também quer enviar ao Congresso projeto que autoriza a venda dos contratos da Pré-Sal Petróleo SA (PPSA), estatal responsável hoje pela gestão dos contratos para a comercialização do petróleo e de gás natural produzidos nas áreas de partilha de produção do pré-sal. A empresa foi incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para início dos estudos de privatização das “empresas e dos ativos sob a sua gestão”.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 02/06/2022*

### **COMPARTILHAR REDE DA TRANSPETRO NÃO REDUZ PREÇO DE COMBUSTÍVEL NO CURTO PRAZO, DIZ EX-DIRETOR DA ANP**

Para pesquisador Helder Queiroz, ex-diretor da ANP, medida é boa, mas não atende o desejo do governo de baixar os preços rapidamente

*Por Cleide Silva, O Estado de S.Paulo*

O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Helder Queiroz, avalia que a medida obrigando a Transpetro a compartilhar sua infraestrutura de oleodutos com concorrentes em tese é boa, mas, na prática, “é nula” diante da urgência que o governo tem de reduzir os preços dos combustíveis.

“É uma medida para o médio e longo prazo, por isso não seria suficiente para atender o que o governo almeja, que é a competição com preços mais baixos rapidamente”, afirma Queiroz. “A efetividade de curto prazo de uma medida como essa é baixíssima ou nula.”

Ele ressalta também que a capacidade ociosa dos dutos não é tão elevada, principalmente com a nova organização logística de vender parte do refino. Segundo ele, pode haver capacidade em faixas de tempo, por exemplo 30% em um dia, em uma semana, mas se considerar um período de um, dois meses dificilmente vai atingir esse nível de capacidade ociosa.

No momento, em sua opinião, não há uma medida efetiva a não ser envolver o Tesouro e aumentar sua dívida, mas isso lá na frente vai gerar mais inflação. “Tudo que está sendo feito vem do imprevisto e do interesse eleitoreiro e lá na frente acaba trazendo mais problemas do que soluções.”

Queiroz lembra ainda que o traço marcante do petróleo é a flutuação de preço, por isso é importante entender o processo e estar pronto para lidar com ele nos momentos de alta. “O mundo todo passa por uma inflação vinda da energia, é um momento excepcional, mas o Brasil não se estruturou e hoje não sabe o que fazer.”

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 02/06/2022*



### **VALOR ECONÔMICO (SP)**

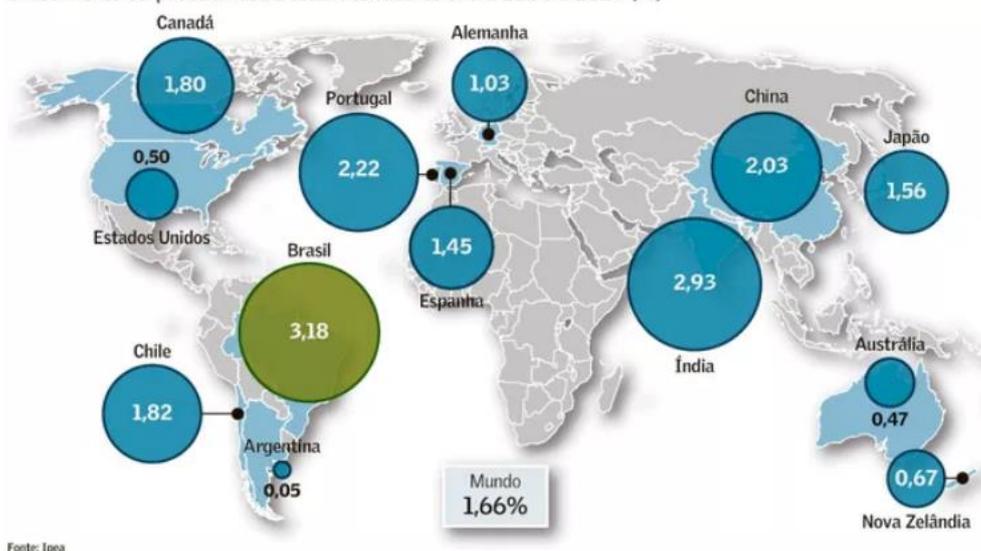
#### **BRASIL LIDERA AVANÇO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA**

É o que aponta estudo que será divulgado nesta quinta pelo Ipea; de 2000 a 2019, Índia ficou em segundo

*Por Fernando Lopes — De São Paulo*

### Brasil lidera

Crescimento da produtividade total dos fatores entre 2000 e 2019 (%)



Fonte: Ipea

Mesmo que a um ritmo menor do que gostariam as cadeias produtivas do agronegócio no país, os avanços observados sobretudo nas áreas de pesquisa e financiamento nas últimas décadas permitiram que o Brasil ampliasse a oferta de alimentos e se tornasse um dos maiores exportadores do setor no mundo. E não apenas com a expansão das áreas de plantio, mas também com ganhos expressivos de produtividade.

### Subsídio a estoque agrícola opõe Brasil e Índia na OMC

O estudo “Produtividade total dos fatores na agricultura: Brasil e países selecionados”, assinado por José Garcia Gasques, coordenador-geral de Políticas e Informações do Ministério da Agricultura, e José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Ibmec e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), mostra que, em um grupo de 13 dos mais importantes países agrícolas do mundo, nenhum cresceu mais que o Brasil em produtividade agrícola a partir de 2000.

De 2000 a 2020, a produtividade total dos fatores (PTF), que mede a diferença entre o crescimento do produto e dos insumos, registrou alta de 3,18% ao ano no país. Apenas um pouco abaixo da média registrada entre 1975 e 2020 (3,79%) - intervalo maior que inclui o início da conquista do Cerrado e no qual a produção brasileira de grãos multiplicou-se por quatro (alta de 3,79% ao ano) -, e acima de “concorrentes” como Índia (2,93%), China (2,03%), Chile (1,82%), Canadá (1,8%), EUA (0,5%), Austrália (0,47%) e Argentina (0,05%). Os dados desses países são de 2000 a 2019, quando o aumento médio global foi de 1,66% ao ano.

***As pesquisas agropecuárias transformaram o Cerrado e expandiram as fronteiras produtivas. Além disso, a adoção de insumos modernos (mecanização e biotecnologia), aliada ao empreendedorismo dos nossos agricultores, também influenciou o crescimento produtivo. Após o Plano Real, em 1994, as políticas econômicas de maior abertura de mercado potencializaram a dinâmica produtiva agropecuária***

— dizem os autores do estudo

Eles lembram que o fator terra continuou em expansão depois de 2020 no Brasil, principalmente com a consolidação de novas áreas de produção de grãos no “Matopiba” - confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia -, mas que a maior parte dos ganhos de produtividade observados veio de uma dinâmica tecnológica mais intensa, com mais capital e menos trabalho.

“O aumento da produtividade agrícola permitiu a expansão da oferta em nível maior do que o crescimento da demanda, o que reduziu o preço da cesta básica”, escreveram os autores do estudo, sem esquecer da forte alta registrada desde o ano passado, nos mercados doméstico e internacional.

### **Inflação dos alimentos**

“Recentemente, a inflação de alimentos vem trazendo preocupações, mas esse aumento dos preços está relacionado a fatores externos (reabertura das economias pós-pandemia, preço elevado do petróleo, conflito Rússia e Ucrânia, bem como escassez de insumos importados da China) e internos (problemas climáticos, incerteza política e aumento dos gastos públicos). Contudo, manter o crescimento da produtividade é essencial para evitar o desabastecimento interno e contribuir, nos médio e longo prazos, com o controle inflacionário”, dizem Gasques e José Eustáquio.

Entre 2000 e 2020, mostra o estudo que será divulgado nesta quinta-feira pelo Ipea, a taxa média de crescimento do produto na agricultura brasileira atingiu 3,76% ao ano, enquanto o avanço dos insumos foi de 0,56% ao ano. No caso dos insumos, houve incrementos médios de 0,18% em terra e de 1,22% em capital, mas recuo de 0,84% ao ano no fator trabalho.

“Houve aumento do crédito de investimento, com a criação de linhas de financiamento que atendessem aos diferentes portes produtivos. Pesquisas foram realizadas na tropicalização dos cultivos, na expansão do plantio direto, na integração produtiva lavoura-pecuária-floresta, assim como na maior mecanização do campo. Esses arranjos trouxeram acentuados ganhos de produtividade na agricultura brasileira”, dizem os autores do trabalho.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 02/06/2022*

### **PRODUTOR INDEPENDENTE JÁ RECEBE MENOS POR SUÍNOS QUE INTEGRADOS**

Quadro incomum de preços é mais um desdobramento da crise da atividade no país, mostra Cepea

*Por José Florentino, Valor — São Paulo*

Com a crise na suinocultura brasileira, os produtores independentes já recebem menos pelos animais do que os integrados, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP. Na última terça-feira, os independentes receberam, em média, R\$ 4,59 por quilo entregue aos frigoríficos do oeste de Santa Catarina, enquanto os integrados faturaram R\$ 5,07 por quilo.

Incomum, esse quadro de preços é mais um desdobramento da crise da atividade no país. Como lembra o Cepea, os custos da criação independente são historicamente mais altos porque esses produtores não têm o mesmo poder de compra dos frigoríficos para adquirir grandes lotes de insumos. Por terem despesas mais altas, eles também recebem mais pelo quilo do animal vivo.

O movimento decorre da fraca demanda e da ampla oferta que o setor enfrenta há meses, afirmam os pesquisadores. Em maio, houve poucos negócios no mercado à vista, resultado da diminuição das vendas de carne suína. Os integrados, porém, receberam o preço-base dos contratos firmados com as empresas.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 02/06/2022*

### **MRS TEM AVAL DO TCU PARA RENOVAR CONCESSÃO**

Contrato deve ser firmado em um mês; obras somam R\$ 9,6 bilhões

*Por Taís Hirata, Murillo Camarotto e Daniel Rittner — De São Paulo e Brasília*



*Segundo Guilherme de Mello, presidente da MRS, o grupo iniciou algumas das obras mesmo antes do contrato, na Baixada Santista e no Vale do Paraíba (SP) — Foto: Divulgação*

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem a prorrogação antecipada do contrato da MRS Logística. Com o aval, a concessão ferroviária, que passa por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, deverá ser estendida até 2056. Ao todo, estão previstos R\$ 9,6 bilhões de investimentos em obras.

A expectativa é que contrato final seja firmado em um prazo de 30 a 45 dias, segundo o presidente da companhia, Guilherme Segalla de Mello, que falou com o Valor logo após a aprovação.

A prorrogação antecipada foi autorizada por unanimidade pelos ministros do tribunal. Agora, o processo volta para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que terá que incorporar algumas determinações feitas pelo TCU - nenhuma delas é considerada crítica ou fora do previsto pela companhia.

Os recursos serão investidos em 280 obras, em 51 municípios. A MRS já começou algumas intervenções - na Baixada Santista e no Vale do Paraíba (SP) - mesmo sem a assinatura do contrato. "No segundo semestre do ano passado, assumimos o risco e já iniciamos os projetos, que começamos a executar entre dezembro e janeiro deste ano", afirmou.

As obras na Baixada Santista são cruciais, não apenas para a MRS, mas também para Rumo e VLI, já que preveem a ampliação da capacidade da chamada Ferradura - trecho que interliga as malhas ferroviárias das três operadoras e as linhas internas do porto. Será feito um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão nessa expansão. A previsão é mais do que dobrar a capacidade atual, de 51 milhões de toneladas, para 109 milhões de toneladas até 2056.

Outra importante intervenção será a segregação entre os trilhos de carga, da MRS, e de passageiros, da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), que atualmente são compartilhados. O projeto na Grande São Paulo demandará cerca de R\$ 2,2 bilhões de investimento.

A construção deverá durar de oito a dez anos, segundo Mello. "É uma obra muito complexa que será feita, literalmente, com o trem andando. Temos conversas diárias com a CPTM para pensar o plano de instalação. Será uma intervenção importante tanto para a MRS quanto para a CPTM, porque hoje limitamos o crescimento um do outro", disse ele.

Serão construídos 90 km de linhas férreas em dois trechos: o Noroeste, entre Jundiaí (SP) e a estação Barra Funda, na capital paulista; e o Sudeste, entre a estação Brás, também em São Paulo, e Rio Grande da Serra (SP).

Com isso, no total, passará a haver quatro linhas: uma de carga para a MRS, duas para a CPTM e uma quarta para o Trem Intercidades (TIC), um projeto de transporte de passageiros do governo paulista, que interligará a capital a Campinas. "Vamos conseguir ter o máximo do sistema para cada capacidade", afirmou.

Para a MRS, a renovação é um passo importante no processo de diversificação do grupo, controlado por CSN, Vale, Gerdau e Usiminas. "Vamos perseguir crescer na carga diversificada.

Temos uma operação tradicional de minério, coque e carvão, que vem desde a fundação em 1996. A projeção é que esses volumes entrem em estabilidade. Então a carga geral, de itens de alto valor agregado, a siderurgia e produtos agrícolas deverão começar a ter mais preponderância”, diz ele.

A MRS planeja dobrar os volumes de carga geral. No segmento de contêineres, a ideia é multiplicar por sete a capacidade. Para Mello, o potencial de captação de novas cargas é enorme. “Os setores vão desde vestuário a eletroeletrônicos, bebidas, perecíveis”, afirma. Em 2021, o volume de carga geral transportado foi de 62,8 milhões de toneladas - a operação de minério somou 107,2 milhões de toneladas no ano.

O grupo, que teve receita líquida de R\$ 4,4 bilhões em 2021 e registra uma alavancagem baixa, de 1,1 vez, planeja financiar os novos investimentos principalmente através do mercado de capitais, com captações no Brasil e no exterior, afirma Mello.

Lançado em 2015 pela ex-presidente Dilma Rousseff, o programa de renovação antecipada das concessões de ferrovias demorou a decolar. O primeiro novo contrato, da Malha Paulista (da Rumo), só foi assinado em 2020. Depois, vieram as prorrogações de duas grandes ferrovias controladas pela Vale: a Vitória-Minas e a Estrada de Ferro-Carajás.

Das quatro grandes malhas ferroviárias na lista de renovações antecipadas, falta apenas avançar com o processo da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), da VLI. A proposta de prorrogação já foi submetida a audiência pública, mas ainda há enorme controvérsia em torno das contrapartidas que serão exigidas.

A Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), por exemplo, defende mais investimentos no contorno da Serra do Tigre (MG) para ampliar a capacidade de cargas que podem chegar ao Estado. Em audiência com técnicos e a Findes, o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, sinalizou ontem que reabrirá a audiência pública a fim de encontrar um consenso.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 02/06/2022*

## UCRÂNIA TEM 85 NAVIOS PARADOS COM GRÃOS, DIZ SECRETÁRIO DOS EUA

Negociações para a abertura de um corredor para o escoamento de itens alimentícios ucranianos continuam

*Por Dow Jones Newswires*



*O secretário de Estado americano, Antony Blinken — Foto: Mindaugas Kulbis/AP*

O secretário de Estado americano, Antony Blinken, disse ontem (1º/6) que aproximadamente 85 navios carregados com grãos estão parados na cidade ucraniana de Odessa, localizada às margens do Mar Negro, por causa do bloqueio russo. Segundo ele, ainda há cerca de 25 milhões de toneladas de grãos armazenados em silos próximos à região.

Ainda que o bloqueio prossiga, as negociações para liberar as exportações ucranianas de grãos avançaram nesta quarta-feira, quando um funcionário do alto-escalão russo aceitou condições da Turquia para remoção de minas do Mar Negro. O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, tem liderado as discussões que tentam abrir um corredor de

embarques de grãos e óleo de girassol bloqueados em portos ucranianos - e levar grãos e fertilizantes russos aos mercados mundiais.

Se as negociações forem bem-sucedidas, a Turquia atuará na remoção de minas e garantirá que os navios da marinha russa permitam a passagem segura de cargueiros para fora da Ucrânia, dizem diplomatas. Guterres também está pedindo a Washington medidas para evitar que grãos e fertilizantes da Rússia sejam alvo das sanções americanas.

Como parte das negociações com a Rússia pela criação de um corredor marítimo seguro para os embarques de produtos alimentícios da Ucrânia, navios de guerra turcos protegeriam uma rota, disseram autoridades.

O presidente russo Vladimir Putin alega que poderá exportar "volumes significativos" de grãos em troca do fim das sanções impostas pelo ocidente, de acordo com o relato do Kremlin. Autoridades dos EUA, por outro lado, destacaram que alimentos e fertilizantes não fazem parte dos embargos americanos à economia russa.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 02/06/2022*

## OPEP+ CHEGA A ACORDO PARA ELEVAR PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM 648 MIL BARRIS POR DIA

Logo após o final da reunião, a Casa Branca enviou comunicado elogiando a decisão  
*Por Olívia Bulla, Valor — São Paulo*



**OPEP vai aumentar produção de petróleo mundial —**  
*Foto: James Armbruster/Pixabay*

Os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) chegaram a um acordo para elevar a produção diária a 648 mil barris nos meses de julho e agosto, dos atuais 432 mil barris de petróleo por dia, segundo comunicado oficial após a conclusão da reunião mensal realizada hoje por videoconferência.

No encontro, os representantes da organização destacaram a mais recente reabertura da atividade após os bloqueios por causa da covid-19 nos principais centros econômicos globais, ressaltando ainda que as refinarias devem aumentar a capacidade após a manutenção sazonal.

Ainda no encontro, destacou-se a importância de “mercados estáveis e equilibrados” tanto para o petróleo bruto quanto para derivados. Para tanto, a Opep avalia ser necessário estender o período de compensação das cotas de produção até dezembro, conforme solicitado por alguns países-membros com baixo desempenho, além de solicitar que os países com baixo desempenho enviem seus planos de produção até o próximo dia 17.

A próxima reunião da Opep está marcada para o dia 30 deste mês. Em reação à decisão da Opep, os preços do petróleo apagaram a queda e passaram a subir. Às 10h45, o contrato futuro para agosto do tipo Brent, a referência global, subia 0,40%, a US\$ 116,75; enquanto o contrato futuro para julho do tipo WTI, a referência americana, avançava 0,51%, a US\$ 115,85 por barril.

Logo após o final da reunião, a Casa Branca enviou comunicado elogiando a decisão. Apesar de não fazer parte da Opep, os Estados Unidos vinham conversando com diversos membros do grupo aumentar a produção de petróleo e evitar grandes aumentos nos preços causados pela guerra contra a Ucrânia, algo que poderia beneficiar a Rússia, que se aproveitaria a alta do petróleo para mitigar os efeitos dos embargos impostos ao país.

Durante semanas o grupo disse que não iria aumentar sua produção.

Os EUA também pressionam o grupo a excluir a Rússia da Opep+, uma expansão da Opep original que inclui outros países com grande produção de petróleo. Segundo o The Wall Street Journal, membros do grupo já admitem a possibilidade de excluir a Rússia da organização.

A Opep oficialmente não discute a guerra na Ucrânia, dizendo que é uma questão política, porém a aprovação do aumento de produção indica que a pressão americana surtiu efeito. Outro ponto que ajudou na negociação foi a confirmação de uma viagem do presidente Joe Biden à Arábia Saudita na próxima semana, indicando uma aproximação do governo Biden com o estado árabe.

Durante o encontro, o líder americano deve discutir questões relacionadas ao petróleo e pressionar por uma ação da Opep contra a Rússia.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 02/06/2022*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### GUERRA DA RÚSSIA-UCRÂNIA: CRISE DO TRIGO NÃO AFETARÁ ABASTECIMENTO NO BRASIL

*Por Marjorie Avelar PORTOS E LOGÍSTICA 02 Junho 2022*

Avaliação de analistas é que mercado interno espera pela autossuficiência e que, até isso acontecer, portos estão preparados para receber desembarques vindos de quaisquer países.

Mais um imbróglio decorrente da guerra entre Rússia e Ucrânia pode esbarrar no pão de cada dia, mas não do Brasil, que é independente da importação do trigo da Europa. O recente bloqueio naval imposto pelo governo russo aos portos ucranianos, via Mar Negro, vem coibindo o escoamento da produção agrícola de grãos daquele país. O problema suscitou até uma fala do Papa Francisco, na última quarta-feira (1º), que repercutiu em todo o mundo.

“É muito preocupante o bloqueio das exportações do trigo da Ucrânia, do qual dependem as vidas de milhões de pessoas, especialmente dos países mais pobres. Dirijo um forte apelo para que sejam feitos todos os esforços para resolver esta questão e para garantir o direito humano universal à alimentação. Por favor, que o trigo, um alimento básico, não seja usado como arma de guerra”, pediu o pontífice, conforme publicações de agências de notícias.

A Organização das Nações Unidas (ONU) se mostrou preocupada com mais esse cenário, diante de uma provável crise de segurança alimentar, decorrente do aumento dos preços dos grãos no mercado internacional. Com mais de 20 milhões de toneladas de grãos estocadas atualmente em seus silos, a Ucrânia é a quarta maior nação produtora de trigo, commodity que já subiu cerca de 40% no mercado internacional, desde o começo da guerra.

Agências internacionais ressaltam que o presidente russo, Vladimir Putin, vem afirmando que pode colocar um fim ao bloqueio no Mar Negro, se houver a revogação das sanções do Ocidente ao seu país.



### Cenário brasileiro

Sem autossuficiência na produção agrícola de trigo, o Brasil importa o cereal da Argentina (entre 85-90%), Paraguai, Uruguai, Estados Unidos e Canadá. Portanto, a princípio, não será afetado pelo problema na Europa.

“Por causa do alto valor do custo do frete, que teria de vir pelo mar, nosso país não compra trigo da Rússia, nem da Ucrânia. No ano passado, os russos chegaram a pressionar o governo brasileiro para fechar negócios, que não avançaram”, comentou o vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Helio Sirimarco.

Para o dirigente, em 2022 deve haver uma quebra da safra de trigo por causa da guerra. No entanto, há problemas climáticos que causarão mais impactos: “A França está sofrendo com as mudanças do clima, que podem ocasionar prejuízos para o setor de trigo. Pelo mesmo motivo, a Índia suspendeu as exportações desse cereal. Na Argentina, a estimativa da safra também é menor, mas não terá impacto no mercado brasileiro”.

### Produção nacional

A produção nacional de trigo gira em torno de 6 milhões de toneladas, com a importação de mais 4 milhões para atender ao consumo do mercado interno. Para a safra 2022/2023, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que a colheita do cereal seja de aproximadamente de 8,13 milhões de toneladas – um aumento de 5,9% em relação ao ciclo anterior, com expansão de 2,8% da produtividade, na mesma comparação.

Na análise do vice-presidente da SNA, esses imbróglis internacionais podem até favorecer o Brasil. “Se faltar trigo no mercado externo é evidente que os produtores rurais daqui terão mais interesse em plantá-lo em suas fazendas, pois a tendência é de aumento de rentabilidade para eles”, disse Sirimarco.

### Portos brasileiros estão preparados

Especialista em agronegócio e CEO da Lentia Trading (empresa de exportações e importações), Bernardo Arnaud analisou que, a priori, essa crise na Europa afeta os preços no mercado brasileiro, considerando que há uma menor oferta do trigo em relação à demanda crescente e por causa da ação de especuladores na Europa.

“Isso tudo deve mudar em breve. Graças ao protagonismo dos nossos pesquisadores, especialmente da Embrapa, o Brasil vem desenvolvendo cultivares no Cerrado, levando em conta que as sementes mais antigas eram adaptáveis somente ao clima temperado do Sul do país. Além disso, os produtores rurais vêm adotando ações sustentáveis, como o uso de insumos biológicos em campo, que são totalmente adaptados ao trigo, o que pode elevar a nossa produção, sem aumentar a área plantada”, salienta.

Na visão do executivo, o mercado interno espera pela autossuficiência, ou seja, deixar de ser dependente da importação do trigo. Mas até isso acontecer, os portos estão preparados para receber desembarques vindos de quaisquer países. “Vamos ver o desenrolar desse conflito entre russos e ucranianos, nos próximos meses, até porque é bem provável que a Rússia tenha de buscar novos mercados e novos parceiros, e um deles pode ser o Brasil. No entanto, mesmo que sejam oferecidos preços mais atrativos e competitivos relacionados ao frete hidroviário, os russos não venderiam trigo sem obter lucros”.

### Autossuficiência

A tão aguardada autossuficiência deve chegar em menos de 10 anos, conforme prevê o chefe-geral da Embrapa Trigo, o agrônomo Jorge Lemainski. “Com o aumento nos ganhos de

produtividade via melhoramento genético, avanços das pesquisas de manejos em campo e do meio ambiente, associados à biotecnologia de novas cultivares, nós devemos chegar a 12,7 milhões de toneladas de trigo consumidas por aqui, levando em conta que ainda importamos 50%”.

Para ele, o Brasil tem todas as condições de se tornar um dos maiores exportadores de trigo. “Assinamos um Termo de Execução Descentralizada (TED) com o governo federal, que vigorará por três anos, para que sejam ampliadas as novas fronteiras agrícolas do país, incluindo Estados que já produzem o cereal: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Outras fronteiras agrícolas também devem surgir – nos Estados de Roraima, Ceará, Piauí e Maranhão, onde já foram iniciados os ajustes fitotécnicos para a produção de trigo. “Já comprovamos também que o Cerrado brasileiro tem clima propício para plantar o cereal, com áreas mapeadas e sem derrubar nenhuma árvore. Logo logo, o Brasil será autossuficiente e não precisará depender da importação”, acredita Lemainski.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ  
Data: 02/06/2022

## APROVADA INDENIZAÇÃO DE R\$ 94 MILHÕES EM CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO DA ECOPORTO SANTOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 02 Junho 2022



### Arquivo/Divulgação

Relatora ressaltou que decisão tomada pela Antaq não é revisão do reequilíbrio aprovado anteriormente, somente cálculo dos termos a serem indenizados em razão da não prorrogação do contrato de arrendamento e que não serão devidamente amortizados no prazo restante de exploração da área.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) decidiu que o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de arrendamento da Ecoporto Santos deve considerar investimentos realizados, e não amortizados, para a aquisição de três portêineres e seis RTGs, além da implantação do sistema TOS e da execução de obras de reforço do cais do Valongo para viabilizar a instalação dos nove equipamentos de movimentação portuários. A diretoria colegiada da agência reguladora acolheu manifestação da área técnica para que o cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro incluía R\$ 94,3 milhões de valor presente líquido (VPL) negativo a ser indenizado à arrendatária, com data-base em dezembro de 2016.

A diretora-relatora do processo, Flávia Takafashi, ressaltou que a decisão não consiste em revisão do reequilíbrio econômico-financeiro que a Antaq aprovou anteriormente, apenas cálculo dos termos a serem indenizados em razão da não prorrogação do contrato de arrendamento da Ecoporto Santos. “A análise da área de outorgas não alterou qualquer validação dos fluxos previamente aprovados pela Antaq, tratou apenas de ver o impacto desses investimentos que não foram feitos no cumprimento do primeiro período contratual para que eles fossem devidamente indenizados à arrendatária diante da não prorrogação do contrato”, disse Flávia.

O pleito de prorrogação do contrato de arrendamento pela Ecoporto Santos foi negado em 2021. Na época, foi requisitada a manifestação da agência sobre o valor da indenização devido, considerando o plano de investimentos aprovado previamente. Após manifestação contrária à prorrogação por parte do Ministério da Infraestrutura, o processo foi reencaminhado para que a Antaq fizesse o cálculo isolado em relação à indenização necessária a ser paga à empresa a

respeito dos investimentos realizados no primeiro período contratual que não serão devidamente amortizados no prazo restante de exploração da área.

Os levantamentos da área técnica da Antaq observaram investimentos que precisariam ser reequilibrados e indenizados à empresa em relação ao plano que previa três portêineres, seis transtêineres, 33 terminal tractors, além das obras civis reforço de cais para instalação dos equipamentos e a implantação de subestação de energia e sistema operacional. A mudança levou em conta o valor anteriormente calculado e desconsiderados os investimentos relativos aos 33 terminal tractors que não foram implementados pela arrendatária.

"A autoridade portuária acusou a realização apenas de parte dos investimentos e diz que demais investimentos não foram completamente realizados", pontuou Flávia durante a 522ª reunião, realizada na última quinta-feira (26). O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, e o diretor José Renato Fialho acompanharam o voto da relatora, que prevê o sigilo dos autos em razão de conter informações econômico-financeiras da empresa.

A área da Ecoporto Santos é explorada por contrato de arrendamento com vigência até junho de 2023, com possibilidade de prorrogação. A arrendatária entrou com pedido de prorrogação antecipada, com reequilíbrio contratual. O Ministério da Infraestrutura, porém, já manifestou que não realizará a prorrogação contratual. O pedido de prorrogação foi negado, mas o pedido de reequilíbrio contratual segue em tramitação. Em 2015, a então Secretaria de Portos (SEP) aprovou o termo de risco de investimentos de R\$ 142 milhões a ser depositado em uma conta específica. Em atualizações monetárias com data-base em setembro de 2021, os valores estabelecidos no processo de reequilíbrio estão na faixa de R\$ 288 milhões.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 02/06/2022*

## **APROVADA RESOLUÇÃO QUE PERMITE PRORROGAÇÃO DE PRAZOS DA FASE DE EXPLORAÇÃO**

*Da Redação OFFSHORE 02 Junho 2022*

A Diretoria Colegiada da ANP aprovou nesta quinta-feira (2) resolução que dá às empresas detentoras de contratos para exploração e produção de petróleo e gás a possibilidade de prorrogação, pelo período de 18 meses, de prazos da primeira fase desses contratos, que é a de exploração. A minuta da resolução passou por consulta e audiência públicas.

A aprovação da norma atende a uma demanda da indústria e se tornou possível com a publicação da Resolução CNPE nº 12/2021, que recomendou à agência a avaliação da adoção de medidas para a prorrogação da fase de exploração dos contratos de concessão e de partilha de produção vigentes. O objetivo é minimizar os impactos negativos gerados pelo cenário de incertezas na indústria do petróleo e gás, derivados de um contexto conjuntural, agravados em virtude da pandemia de Covid-19.

A fase de exploração tem início com a assinatura do contrato. Nela, as áreas exploradas são chamadas de blocos, e as empresas realizam estudos e atividades (como levantamentos sísmicos e perfuração de poços) para detectar a presença de petróleo e/ou gás natural em quantidade suficiente para tornar sua extração economicamente viável. Em caso positivo, a empresa apresenta uma declaração de comercialidade à ANP e o bloco (ou parte dele) se transforma em um campo produtor, dando início à fase de produção. Em caso negativo, a empresa pode devolver o bloco (ou parte dele) à ANP.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*  
*Data: 02/06/2022*

## **BANCO MUNDIAL: PORTOS CONTEINEIROS DO ORIENTE MÉDIO E LESTE ASIÁTICO TÊM OS MELHORES desempenhos em 2021**

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02 Junho 2022*



### Porto de Santos

O Índice de desempenho portuário de contêineres do Banco Mundial e S&P Global Market Intelligence mostra que os portos do Oriente Médio e do Leste Asiático responderam melhor ao forte crescimento do volume e à volatilidade dos serviços causados pelos impactos da pandemia global

Os portos do Oriente Médio ocuparam quatro dos cinco primeiros lugares na segunda edição do índice global de desempenho portuário de

contêineres (CPPI), desenvolvido pelo Banco Mundial e pela S&P Global Market Intelligence. O CPPI é um índice comparativo do desempenho global do porto de contêineres e se destina a servir como referência para as principais partes interessadas na economia global.

O porto brasileiro mais bem avaliado é o de Imbituba, na 51ª posição pelo critério "Abordagem administrativa".

O Porto Rei Abdullah, da Arábia Saudita, lidera o ranking de 2021, com os concorrentes regionais Porto Salalah em Omã, Porto Hamad no Catar e Porto Khalifa em Abu Dhabi completando os cinco primeiros. O Porto Islâmico de Jeddah, da Arábia Saudita, também se destacou fortemente em oitavo lugar geral.

O ranking é baseado no tempo que os navios passaram em um porto para completar carga e descarga ao longo de 2021, um ano em que os congestionamentos portuários alcançaram níveis sem precedentes e interrupção das cadeias de suprimentos globais.

"Aumentar o uso de tecnologia digital e alternativas de combustível verde são duas maneiras pelas quais os países podem modernizar seus portos e tornar as cadeias de suprimentos marítimas mais resilientes", disse Martin Humphreys, economista-chefe de transporte do Banco Mundial e um dos pesquisadores por trás do índice. "Portos ineficientes representam um risco significativo para muitos países em desenvolvimento, pois podem prejudicar o crescimento econômico, prejudicar o emprego e aumentar os custos para importadores e exportadores. No Oriente Médio, investimentos pesados em infraestrutura e tecnologia portuária de contêineres estão se mostrando eficazes", disse o executivo.

ABORDAGEM ADMINISTRATIVA			ABORDAGEM ESTATÍSTICA		
Port Name	Rank	Total Points	Port Name	Rank	Index Value
KING ABDULLAH PORT	1	217.914	KING ABDULLAH PORT	1	93.387
SALALAH	2	197.675	SALALAH	2	87.372
HAMAD PORT	3	194.823	YANGSHAN	3	83.522
YANGSHAN	4	183.455	HAMAD PORT	4	82.146
KHALIFA PORT	5	182.649	KHALIFA PORT	5	81.052
TANGER-MEDITERRANEAN	6	178.096	TANGER-MEDITERRANEAN	6	80.411
NINGBO	7	170.696	NINGBO	7	76.077
JEDDAH	8	161.493	JEDDAH	8	73.527
GUANGZHOU	9	161.331	GUANGZHOU	9	72.749
YOKOHAMA	10	159.234	ALGECIRAS	10	70.323

Fonte: Banco Mundial

O novo relatório também destaca a resiliência dos portos do Leste Asiático e a capacidade dos portos chineses, em particular, de lidar efetivamente com os desafios trazidos pela pandemia.

Três dos grandes portos chineses, Xangai (Yangshan), Ningbo e o porto sul de Guangzhou, figuram entre os dez primeiros, enquanto o porto mais eficiente do ano passado – Yokohama, no Japão – caiu para o 10º lugar geral.

O índice e os dados subjacentes destinam-se a identificar lacunas e oportunidades de melhoria que beneficiariam todas as principais partes interessadas no comércio global, incluindo governos, companhias marítimas, operadores de portos e terminais, carregadores, empresas de logística e consumidores.

As principais métricas de desempenho portuário mostram grandes discrepâncias na eficiência portuária global em 2021, com os melhores desempenhos, como o Porto King Abdullah, alcançando uma média de 97 movimentos de contêineres por hora de navio em comparação com apenas 26 movimentos de contêineres por hora nos principais portos da Costa oeste da América do Norte.

ABORDAGEM ADMINISTRATIVA		ABORDAGEM ESTATÍSTICA	
Porto	Rank	Porto	Rank
IMBITUBA 51	51	ITAPOA	60
ITAPOA 72	72	RIO DE JANEIRO	83
RIO DE JANEIRO 93	93	RIO GRANDE	91
RIO GRANDE 97	97	IMBITUBA	106
SALVADOR 112	112	SEPETIBA	119
PECEM 121	121	PECEM	129
SEPETIBA 123	123	SALVADOR	130
SANTOS 188	188	ITAJAÍ	145
PARANAGUA 198	198	SANTOS	147
ITAJAÍ 207	207	PARANAGUA	166
VITÓRIA 217	217	VITÓRIA	214
VILA DO CONDE 244	244	VILA DO CONDE	245
MANAUS 263	263	MANAUS	259
FORTALEZA 275	275	FORTALEZA	278
SUAPE 280	280	SUAPE	287

**Tabela 2**Fonte: Banco Mundial

Mais de quatro quintos do comércio global de mercadorias em volume são transportados por mar, e aproximadamente 35% do volume total e mais de 60% do valor comercial são enviados em contêineres.

“A pandemia destacou em termos contundentes o papel fundamental que o desempenho portuário desempenha no fornecimento oportuno de mercadorias aos países e suas populações. Os efeitos da pandemia nos principais gateways globais e cadeias de suprimentos associadas são muito preocupantes e continuam causando graves atrasos no fornecimento e escassez

de mercadorias, levando a preços mais altos e impactando negativamente a situação financeira de muitas empresas”, disse Turloch Mooney, diretor associado Marítimo e de Comércio da S&P Global Market Intelligence.

Em 23º lugar, o Porto da Virgínia é o porto mais bem classificado na América do Norte, seguido por Miami (29) e Halifax no Canadá (46).

O porto marroquino de Tanger-Med, em 6º lugar, é o porto mais bem classificado da Europa e Norte da África. Cartagena, na Colômbia, (12) é o mais avaliado na América Latina e no Caribe, enquanto Port Matadi na República Democrática do Congo (171) é o porto com melhor desempenho na África Subsaariana.

O Container Port Performance Index é baseado no total de horas portuárias por escala de navio, definido como o tempo decorrido entre o momento em que um navio chega a um porto até sua saída do berço, tendo completado sua troca de carga. As cargas de trabalho maiores ou menores são contabilizadas examinando os dados subjacentes em dez intervalos de tamanho de chamada diferentes. Cinco grupos distintos de tamanhos de navios são considerados na metodologia, dado o potencial de maior economia de combustível e emissões em navios maiores.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 02/06/2022

## MAERSK CONCLUI AQUISIÇÃO DA SENATOR INTERNATIONAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02 Junho 2022

A A.P. Moller - Maersk anuncia o fechamento da aquisição da Senator International, empresa global que atua em agenciamento de cargas.

A Senator possui rede de frete aéreo desenvolvida, incluindo voos controlados próprios e parcerias de longo prazo com companhias aéreas, de carga completa de contêineres e serviços especializados como embalagem, armazenamento e distribuição nos cinco continentes.

Segundo a Maersk, a aquisição adiciona uma gama de produtos e amplia a capacidade de fornecer soluções logísticas flexíveis e integradas.

O valor da empresa da transação é de aproximadamente US\$ 644 milhões, conforme anunciado em 2 de novembro, com a taxa de câmbio inalterada.

A ambição da Maersk é ter aproximadamente um terço da tonelagem aérea anual transportada dentro de sua própria rede de frete, o que será alcançado por meio de uma combinação de aeronaves próprias e arrendadas.

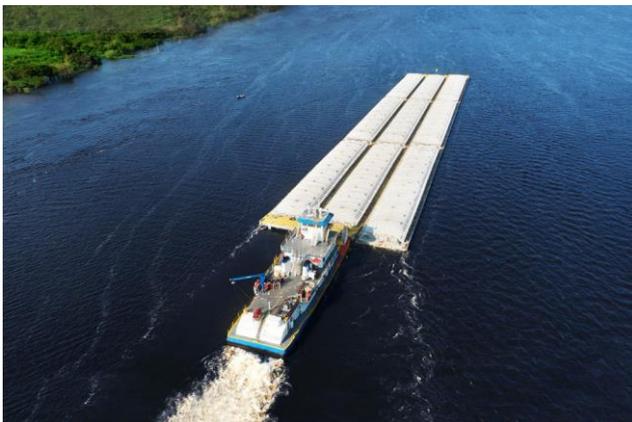
A capacidade restante será fornecida por transportadoras comerciais estratégicas e operadores de voos charter.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/06/2022*

## HIDROVIAS DO BRASIL LANÇA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2021

*Da Redação NAVEGAÇÃO 02 Junho 2022*



Construído no padrão GRI, relatório traz destaque para iniciativas da companhia focadas em desenvolvimento social local e inovações para redução de emissões de gases de efeito estufa

A Hidrovias do Brasil lança nesta quinta-feira (2) seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, que representa mais um passo na jornada de sustentabilidade da companhia. O documento foi construído dentro das normas de relato da Global Reporting Initiative (GRI).

O destaque do relatório é para o principal diferencial competitivo e de sustentabilidade da companhia, a utilização do modal hidroviário, que tem menor impacto socioambiental quando comparado aos modais de transportes terrestre (rodovias e ferrovias). Cada comboio de 25 barcaças utilizado pela Hidrovias do Brasil no transporte de commodities, por exemplo, corresponde a aproximadamente 1,2 mil caminhões retirados das rodovias, transportando muito mais carga com menos combustíveis e menos emissões.

Segundo o Inventário de Gases de Efeito Estufa Ano Base 2021 da companhia, com dados apresentados no GRI, a empresa evitou, com sua atuação no Norte do Brasil, a emissão de 2,11 mil toneladas de CO<sub>2</sub>-equivalente por quilômetro útil por mês. Com a atuação no Corredor Sul (Hidrovia Paraná-Paraguai), a Hidrovias evitou outras 2,5 mil toneladas de CO<sub>2</sub>-equivalente por quilômetro útil por mês. A empresa também tem avançado em soluções inovadoras para redução de emissões, olhando para questões como mudança da matriz energética e de combustíveis.

Em 2021, a empresa investiu mais de R\$ 4 milhões em iniciativas sociais para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde atua, no Brasil, Paraguai e Uruguai. Os principais pilares de atuação da companhia em investimento social privado são: emprego e renda, educação e desenvolvimento local.

O relatório também lança luz à conclusão do planejamento de sustentabilidade da companhia, com a definição de metas de curto, médio e longo prazos criadas por meio de diretrizes estratégicas, com participação ativa do CEO, Diretoria Executiva e aprovação pelo Conselho de Administração.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 02/06/2022

## 2021 MARCOU RECUPERAÇÃO DO FATURAMENTO DE OPERADORES LOGÍSTICOS, APONTA ABOL

Por Marjorie Avelar *PORTOS E LOGÍSTICA 02 Junho 2022*



### Arquivo/Divulgação

Associação avalia que matriz de transportes mais equilibrada contribuirá para logística mais eficiente e espera que iniciativas do setor de infraestrutura consigam ampliar participação dos modais ferroviário e aquaviário, em sinergia com empresas privadas que já atuam nesses segmentos.

O ano de 2021 foi um período de recuperação para os operadores logísticos (OLs), após o baque econômico e social causado pela crise sanitária global, em decorrência da pandemia de Covid-19. No Brasil, houve uma evolução em diversos aspectos, como a receita operacional bruta (alta de 82%) e o número de clientes (72%), com destaque para as empresas de grande porte, com faturamento acima de 601 milhões: 94% e mais uma vez 94%, respectivamente. É o que aponta o estudo “Perfil dos Operadores Logísticos - Edição 2022”, feito pelo Instituto de Logística e Supply Chain (ILOS) a pedido da Associação de Operadores Logísticos (Abol), que apresentou os dados durante coletiva online à imprensa, nesta quarta-feira, 1º de junho.

Responsável por quase 2% do Produto Interno Bruto (PIB), 2 milhões de empregos e R\$ 44 bilhões em tributos e encargos trabalhistas, o setor de operações logísticas passa por desafios, como aumentar o nível e a qualidade de seus serviços, integrar o atendimento aos clientes, investir em novas tecnologias e qualificar a mão de obra. O segmento ainda passa por antigos gargalos: altas taxas da carga tributária, melhorias urgentes da infraestrutura logística, principalmente pela integração do transporte rodoviário, ferroviário e portuário via acesso às cidades e portos, entre outros.

Em entrevista à *Portos e Navios*, a diretora executiva da Abol, Marcella Cunha, destacou que “a integração multimodal no Brasil pode contribuir com o crescimento dos números de operadores logísticos, por meio da redução dos preços do frete; diversificação do portfólio de serviços integrados e customizados a serem oferecidos aos clientes/embarcadores; aumento no número de clientes; diluição dos custos fixos dos OLs; ganhos em eficiência operacional; e redução de emissões de gases poluentes”.

### Dados em destaque

Como a maioria das operações logísticas do país é feita por transporte rodoviário fechado (91%), transporte rodoviário fracionado (65%) e distribuição urbana (49%), os OLs apontaram impactos nos custos relacionados ao aumento dos preços do combustível, especialmente do diesel, e do transporte rodoviário: 77% dos 117 respondentes não associados e 31% dos associados à Abol consideraram muito elevados os custos do combustível e 56% do transporte rodoviário.

Na contramão, os entrevistados ressaltaram redução ou nenhum aumento em torno dos custos das operações do transporte hidroviário (63%), da operação de cabotagem (60%), da operação



portuária (42%) e das operações aeroportuárias (31%). O estudo “Perfil dos Operadores Logísticos - Edição 2022” será veiculado no site da Abol nos próximos dias.

### **Ferrovias e BR do Mar**

Ao avaliar os recentes programas de autorizações para ferrovias e o BR do Mar para cabotagem, a diretora executiva da Abol, Marcella Cunha, acredita que “uma matriz de transporte mais equilibrada contribuirá para uma logística mais eficiente, para a preservação do meio ambiente, para a redução do número de acidentes em rodovias e, logo, para as soluções trazidas pelo operador logístico a clientes/embarcadores, bem como para a sociedade brasileira, que se beneficiará de um custo logístico reduzido”.

“Essas iniciativas pretendem aumentar a participação dos modais ferroviário e aquaviário e já foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Agora, elas devem ser implementadas com seriedade, em sinergia com as concessionárias e empresas privadas que já atuam nesses segmentos, além de estarem em sinergia com os planos do Estado brasileiro, no que se referem à expansão logística, como é o caso do PNL 2035 (Plano Nacional de Logística).”

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 02/06/2022*



## **MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA**

### **MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS**

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*